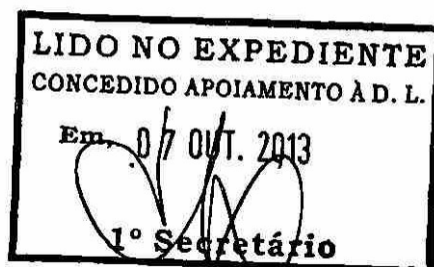


**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador**VETO Nº 22/2013****TOTAL**

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 07/10/2013

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 196/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 263/2013, por considerar considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 263/2013, de autoria parlamentar, objetiva denominar de Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre do fato de suas disposições contrariar a norma nacional contida no art. 1º da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, alterado pela Lei Federal nº 12.781, de 2013, que *"proíbe, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta"*, uma vez que o homenageado na presente proposta, segundo a assessoria do próprio Deputado Autor do Projeto de Lei, encontra-se vivo.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 12.055.241-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 263/2013 (Autoria do Deputado Dr. Batista)



CASA CIVIL
N.J.A.
FLS. 14
RUB.

Denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada de Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de setembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 22/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 22/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 263/2013, de autoria do Deputado Dr. Batista, que denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, Localizada na PR- 323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 263/2013, de autoria do Deputado Dr. Batista, que denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR- 323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 263/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **13 de Setembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



nº 22 /2013, foi exarada em data de 02 de Outubro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 15 de Outubro de 2013.

Natália
Dep. Terno
Dep. Traiano
APROVADO
15.10.2013
Dep. Quinteiro

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
Fernando Scanavacca
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Ruyton
Dep. Tasso
Dep. Amorim
Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 417/2013


Denomina José Marques de Lima o viaduto localizado na Rodovia PR-445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger, Município de Londrina.


Art. 1º Fica denominado José Marques de Lima o viaduto localizado na Rodovia PR-445, no cruzamento com a Avenida Waldemar Spranger (Avenida das Torres), Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Edio Bosch


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 529/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge d'Oeste.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Jorge d'Oeste, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Adelino Bourdignon, s/nº, Centro, constituído pelo Lote nº 02 da Quadra nº 87, situado no local denominado Distrito de Antonio Paranhos, com área total de 1.600,00 m², conforme Matrícula nº 2.622 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pelo Departamento de Assistência Social Municipal, em parceria com a Pastoral da Criança, para instalação de uma padaria visando ao atendimento de famílias carentes assistidas pelos Programas do Governo Federal da Bolsa Escola e Bolsa Família.

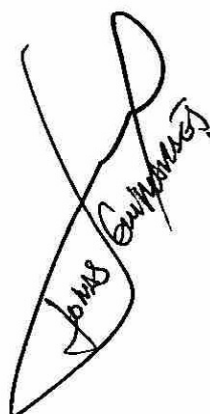

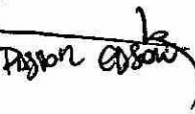

Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


João Guimarães

Relator 

Rose



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 538/2013

Dispõe sobre a concessão e a manutenção
do Título de Utilidade Pública a entidades
no Estado do Paraná.

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III – ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV – não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V – gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI – que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Art. 2º O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I – certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;

III – declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;

IV – relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V – ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI – declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.

Art. 3º A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.

Art. 4º Será revogada a Lei que concedeu o Título de Utilidade Pública da entidade que comprovadamente:

I – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos públicos recebidos, observando nessa prestação que possui o Título de Utilidade Pública;

II – deixar de prestar ou se negar a prestar serviços compreendidos no respectivo objetivo social;

III – tiver baixado o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal ou ter razão social diversa daquela registrada no CNPJ e no seu Estatuto;

IV – deixar de encaminhar os documentos atualizados à Assembleia Legislativa do Paraná para apensamento ao processo de declaração de Utilidade Pública, quando houver alteração do Estatuto Social.

Parágrafo único. Recebida a documentação de atualização do Estatuto Social da instituição declarada de Utilidade Pública e constatando-se a necessidade de alteração da Lei instituindo a honraria, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que providenciará a alteração legal.

Art. 5º As entidade mantidas por outra instituição poderão requerer o Título de Utilidade Pública desde que possuam personalidade jurídica própria, estatuto social, ou regimento interno vinculado ao estatuto de sua mantenedora e, ainda, balanço patrimonial, financeiro e relatório de atividades individualizados de sua mantenedora, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos necessários à aquisição do referido Título.

Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I – as sociedades comerciais;

II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III – as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência;

VII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

VIII – as fundações públicas;

IX – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Art. 7º A cada cinco anos, contados da publicação desta Lei, as instituições declaradas de Utilidade Pública deverão solicitar à Assembleia Legislativa a manutenção do Título de Utilidade Pública, através de Requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

I – declaração, assinada pelo presidente da entidade, informando que o Estatuto Social anexado ao processo de concessão do Título de Utilidade Pública não sofreu alteração;

II – atestado de pleno e regular funcionamento, em papel timbrado, com a nominata da diretoria atual, data do início e término da gestão, número do CNPJ e endereço da instituição, emitido por:

a) Conselho Municipal de Assistência Social do município em que a entidade está sediada, caso desenvolva ações na área de assistência social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município em que a instituição está sediada, caso desenvolva ações na área da criança e do adolescente;

c) Ministério Público, através da Curadoria das Fundações, mencionando que a Fundação teve suas contas aprovadas naquele órgão;

d) nos demais casos, o atestado de pleno e regular funcionamento deve ser emitido pelo Prefeito Municipal ou pelo Juiz Diretor do Foro.

III – relatório de atividades e serviços relevantes prestados à coletividade do ano anterior ao da solicitação de que trata este artigo;

IV – declaração de que a entidade não tem fins lucrativos e que os membros da diretoria não são remunerados.

Parágrafo único. Os documentos apresentados devem ser no original ou cópia autenticada, datados, no máximo, de sessenta dias antes do protocolo do Requerimento.

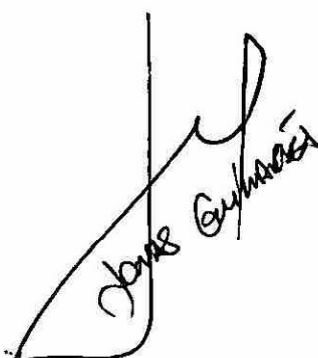
Art. 8º A Assembleia Legislativa do Paraná, através do Requerimento apresentado no protocolo geral, concederá Certidão de Vigência da Lei declarando instituição de Utilidade Pública somente para as entidades consideradas regulares nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Havendo pedido de Certidão de vigência negado, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer e, caso necessário, apresentará o projeto de revogação da Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 16.888, de 1º de agosto de 2011.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Jone Gilmara


Relator Pastor Elias


Rote



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 561/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Barbosa Ferraz.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Barbosa Ferraz, do imóvel de Matrícula nº 10.053 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbosa Ferraz, caracterizado como "Lote Praça General Osório B", com área de 2.000,00 m².

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a expansão industrial local.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

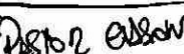
Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator


Relator


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 568/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cruz Machado.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Cruz Machado, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Afonso Nadolny, no local denominado Loteamento São José, com área de 7.700,00 m², conforme Matrícula nº 5.085 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

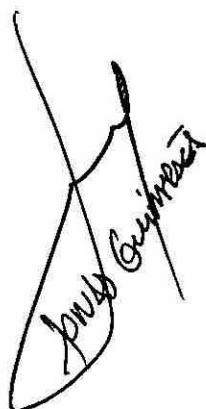
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente por instituição de ensino municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


José Guimarães


Relator *Poston* *assau*


Relator *Rox*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 608/2013

Altera e acresce os dispositivos que especifica à Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012 e dá outras providências.

Art. 1º Fica acrescentado o § 2º ao art. 8º da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, com a seguinte redação:

“§ 2º As regras deste artigo não se aplicam à primeira rodada de conciliação.”

Art. 2º Fica acrescentado o art. 10-A à Lei nº 17.082, de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Caberá à Câmara de Conciliação de Precatórios emitir parecer conclusivo sobre o requerimento, em que, fundamentadamente, opinará sobre a aceitação ou não do crédito oferecido e, no caso de aceitação, indicará o percentual do crédito do credor originário a ser quitado.

§ 1º Com o parecer conclusivo, o requerimento será encaminhado ao Procurador-Geral do Estado para deferimento, total ou parcial, ou indeferimento.

§ 2º Será dada ciência ao interessado da decisão e do parecer conclusivo em que ela se apoia.

§ 3º Caberá ao Tribunal de Justiça atualizar o valor do precatório objeto de conciliação.”

Art. 3º O *caput* do art. 11 da Lei nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Instruído o feito com cálculos do valor atualizado do crédito, do valor para o acordo (art. 8º) e do montante dos tributos a serem retidos, será lavrado termo de acordo, a ser assinado pelo Procurador-Geral do Estado e pelo advogado do interessado, e homologado pelo Tribunal de Justiça, ao qual competirá efetuar o pagamento.”

Art. 4º Ficam acrescentados ao art. 14 da Lei nº 17.082, de 2012, os §§ 1º e 2º com a seguinte redação:

“§ 1º A data limite para cessão de crédito prevista no inciso II do *caput* deste artigo não se aplica a cessões de precatórios alimentares inscritos a partir do orçamento de 2001.

§ 2º No caso de recusa de crédito no parecer preliminar de que trata o § 3º do art. 16, o interessado poderá, por pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba, requerer a substituição por crédito de precatório alimentar, nos termos do § 1º deste artigo, ou por crédito de precatório comum, nos termos do inciso II do *caput* deste artigo, este desde que oriundo do mesmo cedente originário do precatório que se pretende substituir, observadas ainda as seguintes regras:

I – o pedido de substituição deverá ser formulado no prazo previsto no § 3º do art. 16, que não será prorrogável;

II – o crédito oferecido em substituição somente será aceito se preenchidos todos os requisitos legais e regulamentares, inclusive a exigência de certeza, liquidez e titularidade, não se aplicando à apreciação do pedido de substituição o disposto nos §§ 3º e 3º-A do art. 16;

III – não se admitirá oferecimento de novo crédito se o oferecido em substituição não for aceito, no todo ou em parte.”

Art. 5º O *caput* do art. 15 da Lei nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, arrolando os créditos de precatórios a serem utilizados para quitação total ou parcial da parcela postergada de que trata o art. 19 desta Lei.”

Art. 6º O § 2º do art. 16 da Lei nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A Câmara de Conciliação de Precatório encaminhará pedido de atualização do precatório ao Tribunal de Justiça, que poderá remeter os cálculos em via digital, cabendo à Câmara de Conciliação de Precatórios calcular o percentual do crédito objeto de conciliação e o valor dos tributos devidos a título de retenção legal, quando for o caso, e readequar o valor conciliado para o mês em que o acordo for firmado.”

Art. 7º O § 3º do art. 16 da Lei nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para sanar a irregularidade, sob pena de indeferimento total ou parcial do requerimento de conciliação, no prazo de quinze dias, contados:

I – da confirmação de leitura por meio eletrônico, se a intimação for eletrônica;

II – da data da ciência do recebimento do Aviso de Recebimento, quando a intimação for via correio;

III – da data da assinatura da intimação pessoal.”

Art. 8º Fica acrescentado o § 3º-A ao art. 16 da Lei nº 17.082, de 2012, com a seguinte redação:

“§ 3º-A Se o ato a ser sanado demandar maior prazo, será concedido, mediante solicitação fundamentada, mais quinze dias, contados segundo as regras do parágrafo anterior.”

Art. 9º O § 4º do art. 16 da Lei 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O interessado será intimado para comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e, querendo, firmar termo de acordo, podendo se fazer representar por seu advogado constituído no pedido de acordo. O direito do interessado ao acordo caducará em sessenta dias, contados da intimação prevista neste parágrafo, se ele não assinar o termo nesse prazo.”

Art. 10. O § 5º do art. 16 da Lei nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei.”

Art. 11. Os interessados que tiveram pedidos de acordo deferidos com deságio de vinte por cento poderão requerer, no prazo de quinze dias, contados da publicação desta Lei, revisão administrativa, cujo objeto será apenas o recálculo, com exclusão do deságio, observado o disposto no art. 10-A, § 3º, da Lei nº 17.082, de 2012.

§ 1º As revisões administrativas fundadas neste dispositivo prescindirão de parecer conclusivo, bastando novo deferimento pelo Procurador-Geral do Estado, do qual se dará ciência ao interessado, a partir da qual fluirá prazo de sessenta dias para assinatura do novo termo de acordo ou do termo de acordo complementar, observado o seguinte:

I – não tendo havido migração de parcelamento, será emitida GR-PR para quitação parcial ou total da parcela postergada; se esta tiver sido inteiramente quitada, quitar-se-ão as parcelas anteriores, até o limite do crédito;

II – tendo havido migração de parcelamento, será emitida GR-PR para quitação das últimas parcelas do novo parcelamento, até o limite do crédito.

§ 2º Não serão objeto de revisão administrativa os pedidos de interessados que tenham tido o parcelamento rescindido.

Art. 12. Os interessados nos expedientes cujos pedidos já foram indeferidos total ou parcialmente por recusa de precatório, e com parcelamento em dia, terão prazo de quinze dias, contados da publicação desta Lei, para oferecer crédito de precatório em substituição, respeitados os requisitos do § 2º do art. 14 da Lei nº 17.082, de 2012, incluído por esta Lei, por meio de pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba.

Parágrafo único. Em casos de acordos parciais já firmados, admitir-se-á adendo, que deverá ser precedido de parecer conclusivo complementar; nos demais casos, será lavrado novo parecer conclusivo. Em qualquer caso, aplicam-se as regras contidas nos incisos I e II do § 1º do art. 11 desta Lei.

Art. 13. A apreciação dos pedidos fundados nos arts. 11 e 12 desta Lei será feita paralelamente à ordem cronológica estabelecida nos §§ 1º a 3º do art. 15 da Lei nº 17.082, de 2012, segundo a data do protocolo desses pedidos.

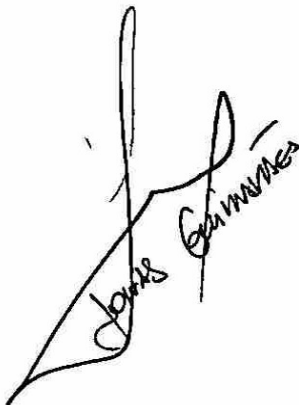
Art. 14. Fica renumerado para § 1º o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 17.082, de 2012.

Art. 15. Ficam revogados o § 2º do art. 10 e o inciso V do art. 14, todos da Lei nº 17.082, de 2012.

Art. 16. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Jairo Guimarães


Relator Pastor Elson


Ruy



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 019/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 13 FEV. 2012

1º Secretário

EMENTA: Dispõe sobre o Atendimento Reservado para clientes das agências e postos de atendimento bancário do Estado do Paraná.

Art. 1.º - As agências e postos de atendimento dos estabelecimentos bancários do Estado do Paraná deverão proporcionar atendimento reservado a seus clientes, nos guichês dos caixas em que ocorre a movimentação de dinheiro.

Parágrafo Único - O local destinado aos guichês de caixa de atendimento deve ser visualmente isolado das áreas onde há circulação de clientes na agência, podendo ser realizado este isolamento por meio de biombos.

Art. 2.º - Às instituições bancárias caberão as seguintes sanções em caso do descumprimento desta:

- I - em multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por agência ou posto infrator;
- II - havendo reincidência, a multa importará em dobro até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3.º - As instituições bancárias e postos de atendimento terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias para adequarem suas instalações aos dispositivos desta lei, contados de sua publicação.

Art. 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

A segurança dos usuários dos bancos vem sendo ameaçada pelos informantes que se encontram no interior das agências e determinam as vítimas de acordo com a movimentação financeira que observam livremente ocorrer nos caixas. Assim sendo, o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



presente projeto objetiva aprimorar a segurança dos usuários do sistema bancário, garantindo uma maior privacidade na utilização dos caixas.

Portanto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto tão necessário ao aprimoramento de medidas preventivas que auxiliem a segurança pública



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 19/12

Projeto de Lei nº 19/2012

Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Dispõe sobre o atendimento reservado para clientes das agências e postos de atendimento bancário do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, objetiva obrigar as agências e instituições financeiras com caixas e guichês que façam o isolamento dessas áreas daquelas que há circulação de clientes.

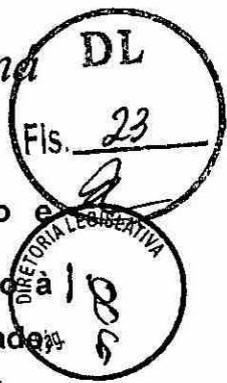
Justifica com base na segurança dos usuários e que informantes ficam no interior das agências "e determinam as vítimas de acordo com a movimentação financeira que observam livremente ocorrer nos caixas".

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange à competência, entendemos que a matéria versa diretamente sobre direito do consumidor, nessa esteira temos a nosso favor o artigo 24, V da Constituição Federal, que assim dispõe:

"Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre:

v – produção e consumo (grifo nosso)

Assim não há como discordar da competência desse Poder em legislar sobre o tema.

Ressalta-se que no Estado do Rio de Janeiro o tema já foi transformado em lei, senão vejamos:

"LEI Nº 6226, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES NAS AGÊNCIAS E POSTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECRETA:

Art. 1º Ficam as agências e os postos de serviços bancários obrigados a instalar divisórias entre os caixas e ao respectivo espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, proporcionando privacidade as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



operações

financeiras

Parágrafo Único. As divisórias a que se refere o caput deste artigo deverão ter a altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) e ser confeccionada em material opaco que impeça a visibilidade.

Art. 2º O não cumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator a multa diária de 500 (quinhentas) Ufirs (unidades fiscais).

Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei e a aplicação de penalidades competirão ao órgão Estadual de Defesa do Consumidor ou a entidade municipal assemelhada.

Art. 4º As agências e os postos de serviços bancários referidos no art. 1º terão o prazo de 12 (doze) meses, a contar da regulamentação da Lei, para proceder à devida adaptação as suas disposições.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nº 4.758 de 08 de maio de 2006 e 5.851 de 28 de dezembro de 2010."

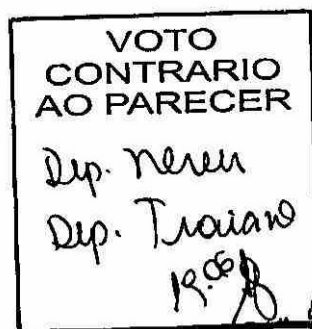
Assim, o presente projeto não padece de vício de iniciativa, por ser também da competência do Poder Legislativo Estadual.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2012.



NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



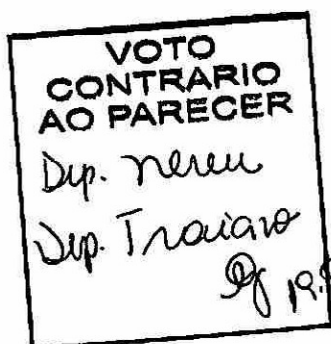
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI nº 019/2012

Com fulcro no que autoriza os artigo 137, § 4º, do Regimento Interno, faz-se necessário a apresentação da presente EMENDA MODIFICATIVA, que altera o que assim dispõe:

Súmula: Dispõe sobre o Atendimento Reservado para clientes das agências e postos de atendimento bancário do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam as agências e postos de serviços bancários obrigados a instalar divisórias entre os caixas e ao respectivo espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, proporcionando privacidade as operações financeiras.

Parágrafo único. As divisórias a que se refere o caput deste artigo, deverão ter a altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) a ser confeccionado em material opaco que impeça a visibilidade.



Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

NELSON JUSTUS
Presidente

PR. EDSON PRACZYK
Relator



Concedido vista.

Em 05/06/12

Traiane

CCJ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 019/2012

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Ney Leprevost, e dispõe sobre o atendimento reservado para clientes das agências de postos de atendimento bancário do estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É mister destacar que a matéria abordada no presente projeto, visa garantir melhor atendimento, com mais segurança a clientes de bancos, cerceando as possibilidades de observadores que contribuem para golpes e assaltos em saídas de agências bancárias.

CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 01 de Outubro de 2012.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Cleiton Kiese
Relator


DEP. ACIDELLI


DEP. EDO ROCHA

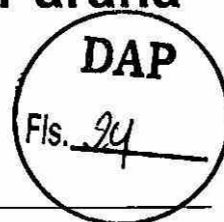


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Lítő



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 019/2012

Súmula: Dispõe sobre o atendimento reservado para clientes das agências e postos de atendimento bancário do Estado do Paraná.

Autor: Deputado Ney Leprevost

Justificativa: Dar segurança aos consumidores em agências bancárias.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com Emenda);
Comissão de Segurança Pública.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar garantir a segurança dos consumidores enquanto nas dependências das agências bancárias.

Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa criar um ambiente seguro para o manuseio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro

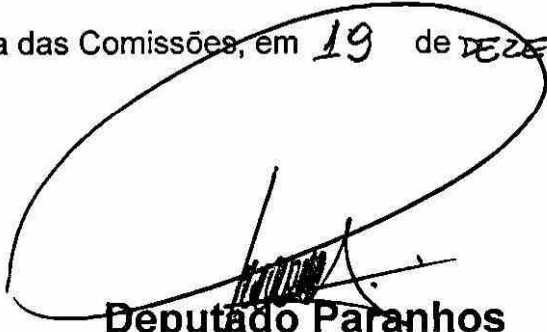


de valores em dinheiro.


Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Adelino Ribeiro
Relator


DEP. PEDRO LUPION


DEP. ROSE LITRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	05 NOV. 2013
Visto	<i>[Assinatura]</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 19/2012

Nos termos do art. 137, § 4º, do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar art. 2º do Projeto de Lei nº 19/2012, juntando-se ao *caput* a informação constante no inciso I e transformando o inciso II em parágrafo único, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Às instituições bancárias caberá, em caso do descumprimento desta, multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por agência ou posto infrator.

Parágrafo único. Havendo reincidência, a multa importará em dobro até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).”

Palácio Dezenove de Dezembro, em 4 de novembro de 2013.

[Assinatura]
NELSON LUENEN

[Assinatura]
Deputado NEY LEPREVOST

[Assinatura]
DOUTOR GERARDO

[Assinatura]
GILBERTO MARINHO

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar o Projeto à Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

[Assinatura]
Wilson Quinteiro

15:01 05/11/2013 009604 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 019/2012

Projeto de Lei nº 19/2012

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Dispõe sobre o Atendimento Reservado para clientes das agências e posto de atendimento bancário do Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo dispõe sobre o Atendimento Reservado para clientes das agências e posto de atendimento bancário do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, durante a segunda discussão, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



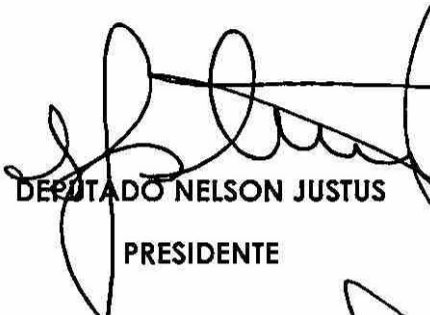
§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

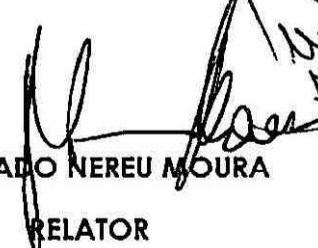
Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


CONCLUSÃO

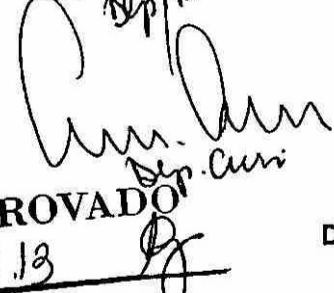
Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Modificativa** apresentada em Plenário.

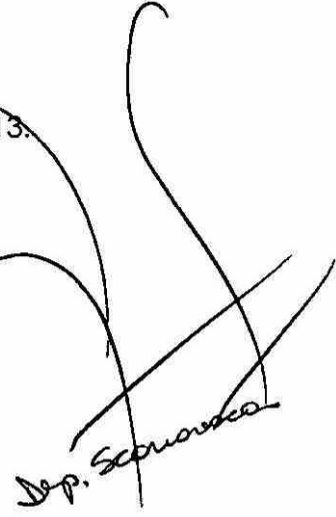
Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.

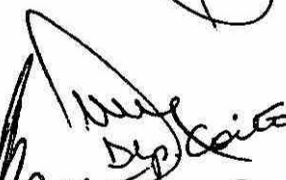

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Dep. Tarciso



Dep. Curi



Dep. Scruvenco


Dep. Leite


Dep. Lourenço


Dep. Botton


Dep. Murolo


Dep. Frazon

APROVADO
19.11.13



PROJETO DE LEI Nº

190/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 MAIO 2012

1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da Polícia Ambiental da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e adota outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Art. 1º Institui-se nas diversas unidades da Polícia Ambiental do Estado do Paraná o Programa Polícia Ambiental Mirim, denominado de "Força Verde Mirim".

Parágrafo Único: Poderão participar do Programa, adolescentes e jovens com idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social e que estejam ligados às instituições estabelecidas no Art. 5º da presente Lei.

Art. 2º. São Objetivos do Programa:

I – proporcionar maior integração entre a corporação da Polícia Ambiental, a família e a comunidade, com a criação de atividades extracurriculares alternativas de vivência e convivência ligadas à área das práticas corretas de proteção ao meio ambiente;

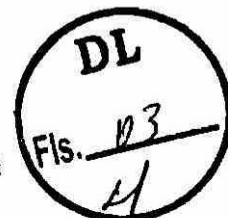
II – proporcionar atividades cívicas, socioculturais, esportivas e recreativas ligadas à educação ambiental;

III – orientar sobre o exercício da cidadania, ecologia, meio ambiente e sustentabilidade.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 3º. Os adolescentes e os jovens devem participar de atividades exclusivamente relacionadas com a aprendizagem estabelecidas pela presente lei, sendo vedada a sua participação em atividades operacionais da Polícia Ambiental.

Art. 4º. – As aulas do programa de que trata a presente Lei, serão ministradas por policial designado pelo Batalhão da Polícia Ambiental do Estado do Paraná, em encontros quinzenais para a abordagem dos assuntos contidos neste.

Parágrafo Único. A elaboração e a organização do programa de que trata o caput do Art. serão organizados pela própria corporação e seu conteúdo oferecido aos discentes no contraturno do horário normal das aulas das instituições de ensino que aderirem ao programa;

Art. 5º. O Programa será desenvolvido pela Polícia Ambiental do Estado do Paraná, mediante celebração de parcerias e convênios com as prefeituras interessadas através de suas Secretarias de Educação, secretaria estadual de Educação, organizações não governamentais e empresas da iniciativa privada, interessadas em receber o conteúdo do Programa.

Art. 6º. O Executivo Estadual dará apoio dentro de suas disponibilidades orçamentárias, à manutenção do "Programa Polícia Ambiental Mirim".

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2011.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Fs. 04
11

JUSTIFICATIVA:

É sabido que a criação de um ambiente educacional voltado à diversidade de práticas auxilia e estimula a aprendizagem dos alunos, contribuindo no desenvolvimento de crianças e jovens. As atividades extracurriculares são importantes neste contexto por propiciarem experiências diferentes daquelas vividas no cotidiano dos conteúdos programáticos convencionais, servindo como método auxiliar desse processo. Segundo Mahoney, 2000; Mahoney, Harris & Eccles, 2006. ***“As atividades extracurriculares são ações desenvolvidas em ambientes como quadras, salas de jogos, teatros, bibliotecas, praças e outros, antes ou após o período de aula na escola, cujos objetivos não estejam necessariamente ligados à educação formal”***. No mesmo sentido Posner e Vandell 1999 destacam que: ***“crianças e adolescentes que participam de atividades extracurriculares apresentam melhor ajustamento emocional quando comparadas às que não participam, assistem menos televisão, fazem poucas atividades não estruturadas e gastam menos tempo em atividades caracterizadas como trabalho”***.

Experiências vividas pela comunidade educacional e pela sociedade tem demonstrado que nos últimos anos o Brasil tem avançado através da universalização do ensino. Dados oficiais indicam a diminuição da evasão escolar, dos índices de analfabetismo e do número de pessoas que concluem os ensinos fundamental e médio em todo o país. No entanto não basta garantir o direito à escola a todos, é preciso assegurar também condições para que os discentes permaneçam em nossas instituições, propiciando a eles educação de qualidade. Para que isso aconteça precisamos fazer mais, ir além do que já foi conquistado, precisamos de ações que mobilizem poder público, educadores, funcionários, alunos, pais e organizações da sociedade. Essa mobilização é um aliado poderoso para se assegurar um ensino público



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



gratuito de qualidade a todos. Para Carvalho & Azevedo, 2005, "ações socioeducativas conjugam educação e proteção social, ao atender crianças, adolescentes e jovens, com o oferecimento de atividades lúdicas, artísticas e esportivas. A maioria dessas ações visa o público que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Em alguns casos, elas são realizadas em parceria com o governo municipal, estadual ou federal e têm caráter de política pública".

A participação da comunidade na escola está prevista na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecendo que a educação deva ser incentivada e promovida com a colaboração da sociedade. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996) traz um conceito ampliado de educação, entendendo que a gestão democrática é um método gerencial a ser adotado. O parágrafo 1º, do artigo 1º diz: ***"A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social"***.

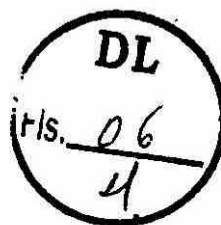
O estreitamento de laços entre escola e comunidade gera benefícios aos moradores e à própria comunidade escolar, além de criar uma relação de respeito e confiança com a escola promovendo sua valorização junto à sociedade. No entanto é preciso esclarecer que a lei sozinha não tem o poder de mudar a realidade. Mas, quando reflete a vontade da sociedade, sem dúvida, já se terá dado um passo rumo à concretização de um ideal comum. O artigo 1º da LDB reflete a vontade da sociedade em oferecer uma educação escolar capaz de preparar o estudante para a vida, inspirada em princípios de liberdade e ideais de sustentabilidade e solidariedade humana.

É com esse entendimento que apresentamos a presente proposta, que tem por escopo dispor sobre, a criação do programa Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



denominado Polícia Ambiental Mirim nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Paraná, com objetivo de proporcionar a integração entre a corporação e a família paranaense através de ações e criações de atividades extracurriculares de vivência e convivência ligadas à área das práticas corretas de prevenção e proteção ao meio ambiente. Pelas razões expostas nos Artigos da propositura e no bojo da justificativa, solicitamos aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis o apoio à matéria.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 190/12

Projeto de Lei nº 190/12

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da Polícia Ambiental da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. CRIAÇÃO DO PROGRAMA. POLÍCIA AMBIENTAL MIRIM NAS UNIDADES DE POLÍCIA AMBIENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PARECER DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL PELA IMPROCEDÊNCIA POR JÁ EXISTIR PROJETO DE MESMO OBJETO VIGENTE DESDE O ANO DE 2008. ART. 24 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 13 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER PELA NÃO APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues visa criar nas diversas unidades da Polícia Ambiental do Estado do Paraná o Programa Ambiental Mirim, denominando "Força Verde Mirim".

A proposição foi baixada em diligência para a Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, sendo que o parecer segue abaixo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná encaminhou o Projeto para o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, o qual exarou parecer, informando que o órgão desenvolve o Projeto Guardiões da Natureza desde o ano de 2008, inicialmente com a denominação de "Força Verde Mirim", objetivando promover a educação ambiental às crianças e adolescentes através de atividades teóricas e práticas, sendo que da criação até dezembro de 2011, já foram formadas 840 crianças em todo o Estado.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com isso, não se faz necessária a aprovação da presente proposta, uma vez já existir Projeto já em vigor com o mesmo objeto.

Com o parecer exarado pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Paraná, sendo que já existe Projeto desde o ano de 2008 tratando-se do mesmo objeto, opina-se pela não aprovação da presente proposição.

O- Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de já existir Projeto que versa sobre o mesmo objeto.

Sala das Comissões, 30 de Outubro de 2012.


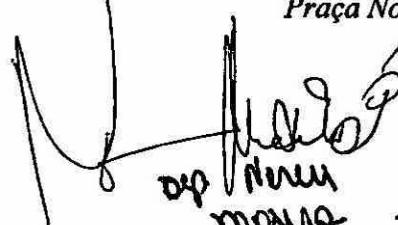


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

Relator

APROVADO
unânime 30.10.12




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RECURSO CONTRA O PARECER PELA NÃO APROVAÇÃO DO PROJETO 190/12, PELO FATO DE JÁ EXISTIR PROJETO QUE VERSA SOBRE O MESMO OBJETO.

RECORRENTE: DEPUTADO RASCA RODRIGUES

Fundamentados no art. 33-A, § 2º, do Régimento Interno desta Casa de Leis, interpomos o presente recurso pelas razões abaixo elencadas:

I – PELO DEFERIMENTO DO RECURSO:

O parecer ao projeto nº 190/12, apresentado pelo relator Deputado Fernando Scanavaca e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em 30 de outubro de 2012, manifesta-se pela rejeição, visto que, no entendimento do relator fundamentando-se pelas informações prestadas pelo Comando Geral da PMPR/Batalhão de Polícia Militar Ambiental, não se faz necessária a aprovação uma vez que já existe Projeto em Vigor.

O citado parecer foi publicado no Diário Oficial do dia 30/10/2012, demonstrando, portanto, a tempestividade do presente recurso.

Recebido

Em 05/11/2012

Por Rafael Lourenço

R



II – PELAS RAZÕES DO RECURSO:

Através do presente, requeremos o não acatamento da decisão do colegiado, já que o Projeto desenvolvido pela PMPR/Batalhão de Polícia Militar Ambiental, trata-se de como já dito de um projeto e não de uma lei.

É fundamental ressaltar que existe uma grande e nítida diferença entre PROJETO e LEI.

Projeto é *“um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo... os projetos são temporários e exclusivos.”*

Os projetos são normalmente autorizados como resultado de uma ou mais considerações estratégicas. Estas podem ser uma demanda de mercado, necessidade organizacional, solicitação de um cliente, avanço tecnológico ou requisito legal.

As principais características dos projetos são:

- *temporários, possuem um início e um fim definidos.*
- *planejados, executado e controlado.*
- *entregam produtos, serviços ou resultados exclusivos.*
- *desenvolvidos em etapas e continuam por incremento com uma elaboração progressiva.*
- *realizados por pessoas.*
- *com recursos limitados”.*

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto>> Acesso em 31/10/2012, às 11:13h.

12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Já Lei é *"é uma norma ou conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito"*.

Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei> > Acesso em 31/10/2012, às 11:24h.

Através das definições acima, é fácil a compreensão da diferenciação entre Projeto e Lei.

Em reposta o Comando-Geral / Batalhão de Polícia Militar Ambiental defende que tal órgão já desenvolve o Projeto Guardiões da Natureza desde 2008, portanto o Relator Fernando Scanavaca opinou-se pela não aprovação do Projeto em tela.

Resta claro que o nobre relator não levou em consideração a diferença acima esclarecida.

O que pretende este Legislador é dar maior efetividade e segurança ao projeto já executado, uma vez que sendo apenas um projeto não tem segurança jurídica de continuidade nem recursos garantidos.

Sendo aprovado o Projeto 190/12 sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim este vai estar sob o manto legal, tendo garantidos seus direitos fundamentais e de existência.

Este legislador tem consciência da importância da defesa do meio ambiente e da conscientização que as crianças e adolescentes devem ter do mesmo.

Além da conscientização ambiental, os participantes do projeto vão passar menos tempo nas ruas e mais tempo aprendendo, pois tal projeto deve ser desenvolvido como atividade extracurricular.

RL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Na Justificativa do Projeto já foi ressaltado a importância das atividades extracurriculares para as crianças e adolescentes, sendo que as que participam de tais atividades tem *"um melhor ajustamento emocional quando comparadas às que não participam"* Posner e Vandell 1999.

É fundamental a conscientização desde cedo da importância do meio ambiente, aprendendo de forma correta a protegê-lo.

Com a aprovação do projeto 190/12 e consequentemente a criação do Programa Ambiental Mirim, denominado "Força Verde Mirim", vamos garantir a perpetuidade do programa, sabendo que tanto a presente como também as futuras gerações, sendo estas seus netos e bisnetos também poderão desfrutar deste nobre projeto.

Outro fator determinante para a aprovação do mesmo é a garantia de recursos que o mesmo terá depois de transformado em lei.

O Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Paraná poderá melhorar o desenvolvimento do projeto, uma vez que com recursos próprios garantidos o projeto tende a crescer e atender mais crianças e adolescentes, desta forma formando cada vez mais cidadãos comprometidos com o meio ambiente.

Tanto a Constituição Federal quanto a Constituição do Estado do Paraná estabelecem que a competência para legislar sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição é comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal:

Art. 23, VI da Constituição Federal:

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Art. 23. É COMPETÊNCIA COMUM da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - PROTEGER O MEIO AMBIENTE e COMBATER A POLUIÇÃO em qualquer de suas formas;

Art. 24, VI da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal LEGISLAR CONCORRENTEMENTE sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO;

Os textos constitucionais acima citados dispõem sobre a distribuição vertical de competências, definindo que diferentes entes políticos podem tratar de uma mesma matéria, com a predominância da União que irá legislar sobre normas gerais, e garantindo ao Estado à competência concorrente de legislar sob a ótica dos seus interesses locais, podendo cuidar das minúcias da matéria e do seu detalhamento.

De idêntica forma, a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13, VI, dispõe:

Art. 13. Compete ao ESTADO, CONCORRENTEMENTE COM A UNIÃO, LEGISLAR sobre:

(...)

L



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DE POLUIÇÃO;

Tal projeto tem como característica fundamental a proteção ao meio ambiente e controle da poluição, uma vez que vai formar cidadãos conscientes e dispostos a preservar o meio ambiente.

Portanto, resta comprovada a competência dos Estados Federados para legislar sobre a matéria do Projeto de Lei em tela, portando é legal a proposição do projeto nº 190/12.

Quanto a técnica legislativa o próprio relator já defendeu no seu parecer que o projeto não encontra óbice frente a Lei Complementar 95/98.

Não bastassem todos os fundamentos já explanados no presente, suficientes para o acatamento deste recurso ainda no art. 170 da Constituição Federal o legislador defende como um dos princípios gerais da ordem econômica do nosso país a defesa do meio ambiente:

Art. 170. A ORDEM ECONÔMICA, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, TEM POR FIM ASSEGURAR a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - DEFESA DO MEIO AMBIENTE, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Por fim, por não importar em impacto orçamentário-financeiro para o Governo do Estado, não se conseguiu visualizar nenhuma inconstitucionalidade no Projeto de Lei em tela.

Assim sendo, requer-se a revisão proferida por essa Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de dar novo entendimento à matéria tratada e assim fazer com que o Projeto de Lei nº 190/12 obtenha parecer favorável, resultando em importante contribuição às crianças, adolescentes e para a preservação do Meio Ambiente desta e das futuras gerações.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente Recurso.

É o Pedido.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2012.

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello
RECURSO AO PROJETO DE LEI Nº 190/12



Projeto de Lei nº 190/12

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Relator: Deputado Péricles de Mello

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da Polícia Ambiental da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

PREÂMBULO

O projeto de lei em questão teve parecer contrário à sua aprovação publicado em 30 de outubro de 2012, sendo publicado no dia 08 de novembro de 2012. Diante da decisão negativa, tempestivamente o autor interpôs Recurso no dia 01 de novembro de 2012.

VISTA EM 21/05/2013

Dp. Pr. Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, através do recurso apresentado:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

(...)

II - decidir os recursos interpostos contra suas decisões.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifou-se)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifou-se)

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, **aos Estados** e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção do meio ambiente** e controle da poluição; (grifou-se)

(...)

Nesta mesma esteira, enuncia a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Art. 13. Compete ao Estado,
concorrentemente com a União, legislar
sobre:

(...)

**VI - florestas, caça, pesca, fauna,
conservação da natureza, defesa do
solo e dos recursos naturais, proteção
ao meio ambiente e controle da
poluição; (grifou-se)**

A Secretaria de Estado competente, informou que encaminhou o Projeto para o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, o qual exarou parecer, informando que o órgão desenvolve o Projeto Guardiões da Natureza desde o ano de 2008, inicialmente com a denominação de "Força Verde Mirim", objetivando promover a educação ambiental às crianças e adolescentes através de atividades teóricas e práticas, sendo que da criação até dezembro de 2011, já foram formadas 840 crianças em todo o Estado.

Destarte, vemos a importância da aprovação do presente Projeto de Lei, pois desta forma o Projeto Guardiões da Natureza já existente teria sua existência garantida e perpetuada sob o manto legal, uma vez que apenas um projeto de Secretaria não tem a segurança jurídica de um lei.

E ainda, o projeto já mencionado poderá melhorar o desenvolvimento do projeto, uma vez que com recursos próprios garantidos, tendem a crescer e atender um maior numero de crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello




Diante do exposto, opina-se pelo **PROVIMENTO** do presente Recurso, tendo em vista a sua Importância e Relevância.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR

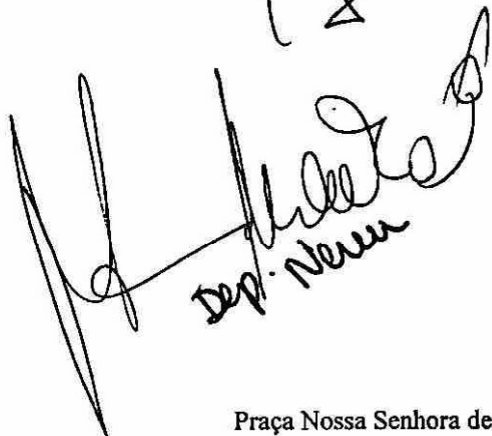

Dep. Ad. Mendes


Dep. Samuel


Dep. Thomas


Dep. Weller


Dep. Luciano


Dep. Neri

APROVADO
28/05/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 190/2012


Em exame o Projeto de Lei nº 190/2012, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, que dispõe sobre a criação do programa polícia ambiental mirim nas diversas unidades da polícia ambiental da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e adota outras providencias.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

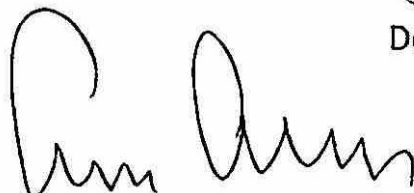
Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.


Sala das comissões, em 12/08/2013



Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Dep. Nereu Moura


Roberto Aciolli
Deputado Estadual
Relator


Dep. Alexandre Curi


Dep. Luiz


Dep. Vitorino



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 190/2012

Projeto de Lei nº 190/2012

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da polícia Ambiental da Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e adota outras providências.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, visa criar o "**Programa Polícia Ambiental Mirim**" nas diversas unidades da Polícia Ambiental da Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, em consonância ao disposto no artigo 33-V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – V. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos.

II – analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos, e:

III – manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



O Projeto de Lei em exame recebeu parecer favorável na douta Comissão de Constituição e Justiça pelo deputado Péricles de Mello, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

A Comissão de Segurança Pública emitiu parecer favorável a presente proposição através do deputado relator Roberto Aciolli.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se o grande alcance que a proposição apresenta, pois ao proporcionar a integração entre a corporação e a família paranaense através de ações e a criação de atividades extracurriculares de vivência e convivência ligadas à área das práticas corretas de prevenção e proteção ao meio ambiente, demonstra o incentivo para a preparação dos estudantes para a vida, inspirada em princípios de liberdade e ideais de sustentabilidade e solidariedade humana.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa criar o "**Programa Polícia Ambiental Mirim**" nas diversas unidades da Polícia Ambiental da Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 11 de ~~agosto~~^{setembro} de 2013.

MAURA LIMA
DEP. ROSE LITRO

DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR

Roberto Aciolli



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	05 NOV. 2013
Visto	Claudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2012

Nos termos do art. 137, § 4º, do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 4º do Projeto de Lei nº 190/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As aulas das quais trata a presente Lei serão ministradas por policial designado pelo Batalhão da Polícia Ambiental do Estado do Paraná, em encontros quinzenais para a abordagem dos assuntos contidos no Programa.

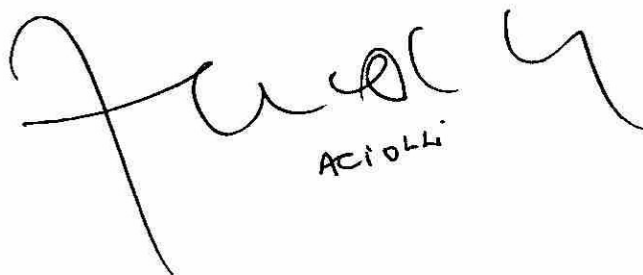
Parágrafo único. A elaboração e a organização das aulas tratadas no *caput* deste artigo serão de responsabilidade da própria corporação e seu conteúdo oferecido aos discentes no contraturno do horário normal das aulas das instituições de ensino que aderirem ao Programa.”

Palácio Dezenove de Dezembro, em 4 de novembro de 2013.


Deputado RASCA RODRIGUES

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de esclarecer o dispositivo constante no art. 4º e adequá-lo às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


ACIOLLI

14:45 05/11/2013 009587 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 190/2012

Projeto de Lei nº 190/2012

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Dispõe sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da Polícia Ambiental da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo dispor sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da Polícia Ambiental da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, durante a segunda discussão, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

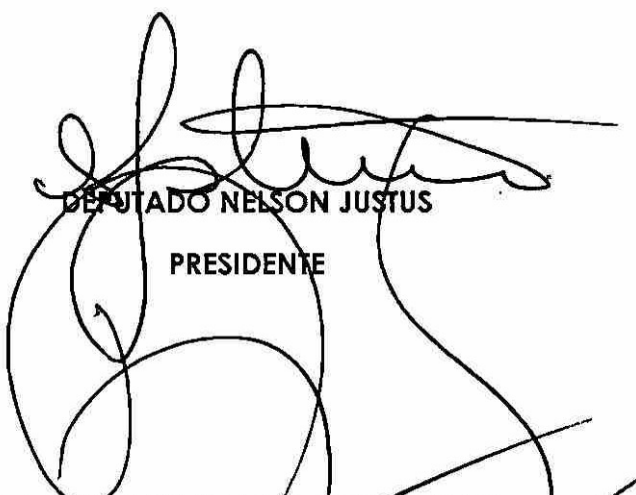


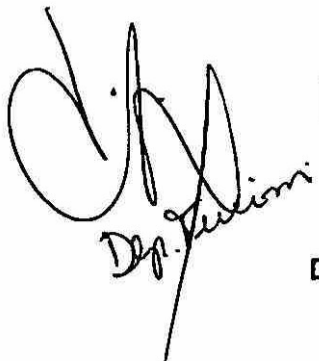
Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


CONCLUSÃO

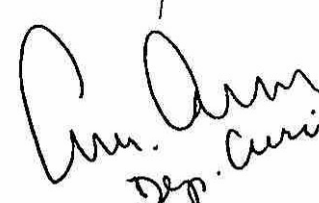
Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda modificativa apresentada em Plenário.


Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Curioni


Dep. Auri


Dep. Reymon


Dep. Carlos


Dep. Pastor


Dep. Tadeu



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 08 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013


1º Secretário

TORNA OBRIGATÓRIA A AFIXAÇÃO DE CARTAZES EM TODOS OS ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS NO ESTADO DO PARANÁ, INFORMANDO SOBRE O INTEIRO TEOR DOS ARTIGOS. 47 E 48 DA RESOLUÇÃO ANAC Nº 9, DE 5 DE JUNHO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo. 1º - Ficam todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas, localizados no Estado de Paraná, obrigados a afixar cartazes em locais visíveis aos funcionários e aos consumidores, informando o inteiro teor dos artigos. 47 e 48 da Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, que estabelece que, na hipótese de a empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o acompanhante desconto de, no mínimo, 80% da tarifa cobrada do passageiro portador de deficiência.

Parágrafo único. - Os cartazes a que se refere o caput deste artigo serão afixados em local visível e deverão ser confeccionados no formato A3 (297mm de largura e 420mm de altura), com texto impresso com letras proporcionais às dimensões da área do local e do cartaz e de fácil visualização.



PODER LEGISLATIVO


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Artigo 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

Muitas vezes o consumidor é vítima de abusos por parte do fornecedor de produtos e serviços e deixa de defender seus direitos por desconhecer o alcance da proteção a esses direitos, todos insertos no Código de Defesa do Consumidor.

O fornecedor de produtos e serviços não pode prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento cultural ou posição social, para deixar de expor-lhes direitos primários, oriundos de usos e costumes, tradição ou de respaldo legal, advindos de leis, portarias, resoluções e todo o mais.

A resolução numero 009, da Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), aprova a Norma Operacional da Aviação Civil (NOAC), que dispõe sobre o acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial.

Pela norma, são consideradas passageiras com necessidades de assistência especial, as pessoas portadoras de deficiência, idosos com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo, crianças desacompanhadas e pessoas com mobilidade reduzida.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Esses direitos, que podemos chamar de primários, porque divulgados com frequência, presume-se já ser de conhecimento dos possíveis passageiros acima elencados, não necessitando, pois, de mais divulgação.

Entretanto, outros direitos existem, e fogem aos olhos dos passageiros que utilizam o espaço aéreo se não forem demonstrados aos usuários.

Um deles, vg., é o disposto no Artigo 47 da Resolução ANAC nº 009, *in verbis*, caberá aos passageiros portadores de deficiência, a fim de resguardar-lhes o direito à autonomia e ao livre arbítrio, definir, junto à empresa aérea, se necessitam ou não de um acompanhante, observando o que consta no artigo 10 , dessa mesma resolução.

A seguir, temos o Artigo 48, e parágrafos, da anunciada resolução, aduzindo que as empresas aéreas ou operadores de aeronaves somente poderão exigir um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, independentemente da manifestação de seu interesse, quando, a critério da empresa aérea ou das operadoras de aeronaves, por razões técnicas e de segurança de voo, mediante justificativa expressa, por escrito, considere essencial a presença de um acompanhante



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Ocorrendo esse fato, o acompanhante deverá receber um desconto de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da tarifa cobrada do passageiro portador de deficiência e sentar-se em poltrona adjacente ao da pessoa portadora de necessidade especial.

Esses direitos, cremos, não ser de conhecimento de muitas pessoas portadoras de deficiência, idosos com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo, crianças desacompanhadas e pessoas com mobilidade reduzida, razão pela qual entendemos devam eles serem divulgados de forma clara e de fácil acesso à leitura.

Por ser matéria de interesse social relevante, para tanto requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 08/2013

Projeto de Lei nº 08/2013

Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Torna obrigatória a afixação de cartazes informando sobre o teor dos Arts. 47 e 48 da Resolução nº 9, de 05/07/2007, da ANAC, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado.

EMENTA: PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DE CARTAZES AFIXADOS NOS ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS. DIREITO DE UM ACOMPANHANTE. EXIGÊNCIA DA EMPRESA AÉREA. DESCONTO DE NO MÍNIMO 80% DA TARIFA. ART. 24, V, DA CF. ARTS, 6º, II E III, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DIREITO À AMPLA E ADEQUADA INFORMAÇÃO CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AUFERIDAS. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa obrigar os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas, localizados no Estado do Paraná a afixarem, em locais visíveis, cartazes informando o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da Resolução nº 9, de 05 de junho de 2007 – ANAC, que estabelece que, na hipótese de a empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



acompanhante desconto de, no mínimo, 80% da tarifa cobrada do passageiro portador de deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre o assunto de DIREITO DO CONSUMIDOR, a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo;

Como não poderia ser de forma contrária, determina a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DO PARANÁ**, conforme artigo 13, inciso V:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.
(grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Conforme dispõe o próprio art. 6º do Código de Defesa do Consumidor:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(grifo nosso)

No caso em tela, vislumbra-se que o objetivo não é divulgar o produto ou o serviço, mas sim, divulgar o teor da norma que revela o direito do consumidor, quais sejam, os **artigos 47 e 48 da Resolução nº 09/97, da ANAC:**

Art. 47. Caberá aos passageiros portadores de deficiência, a fim de resguardar-lhes o direito à autonomia e ao livre arbítrio, definir, junto à empresa aérea, se necessitam ou não de um acompanhante, observando o que consta no art. 10.

Art. 48. As empresas aéreas ou operadores de aeronaves só poderão exigir um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, independentemente da manifestação de seu interesse, quando a critério da empresa aérea ou das operadoras de aeronaves, por razões técnicas e de segurança de voo, mediante justificativa expressa, por escrito, considere essencial a presença de um acompanhante.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º. Na hipótese da empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o seu acompanhante, desconto de, no mínimo, 80% da tarifa cobrada do passageiro portador de deficiência.

§ 2º O acompanhante deverá viajar na mesma classe e em assento adjacente ao da pessoa portadora de deficiência.

Observa-se da justificativa do nobre Deputado autor do Projeto (fls. 06) que, *"esses direitos, cremos, não ser de conhecimento de muitas pessoas portadoras de deficiência, idosos com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo, crianças desacompanhadas e pessoas com mobilidade reduzida, razão pela qual entendemos devam eles serem divulgados de forma clara e de fácil acesso à leitura."*

Assim, o presente Projeto, ao obrigar que os estabelecimentos que comercializem passagens aéreas informem aos consumidores, através de cartazes informativos, o direito assegurado pela Resolução nº 09/97, arts. 47 e 48 é constitucional e legal, eis que visa garantir o conhecimento, consequentemente, o cumprimento da norma citada.

Por outro lado, a técnica legislativa encontra-se perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, não havendo óbices que impeçam a tramitação do presente Projeto.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

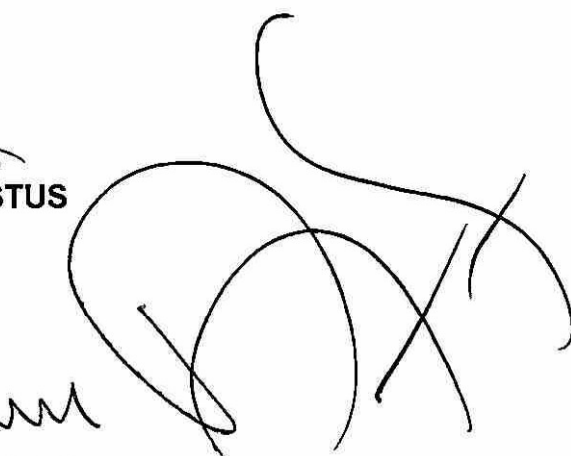


Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

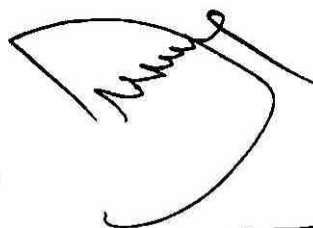

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR











APROVADO
Ordem 2603/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 008/2013

Projeto de Lei nº 008/2013

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: Torna obrigatória a afixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da Resolução nº 9, de 05/07/2007, da ANAC, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa tornar obrigatória a afixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da Resolução nº 9, da ANAC, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se o grande alcance que a proposição apresenta, pois garantir a publicidade da normativa da ANAC que trata sobre o acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistencial especial, através da afixação de cartazes informativos, é matéria de interesse social relevante. O cidadão não pode ser vítima mais uma vez de abusos por parte do fornecedor de produtos e serviços e deixar de defender seus direitos, por desconhecer o alcance da proteção a esses direitos de forma clara e de fácil acesso.

CONCLUSÃO

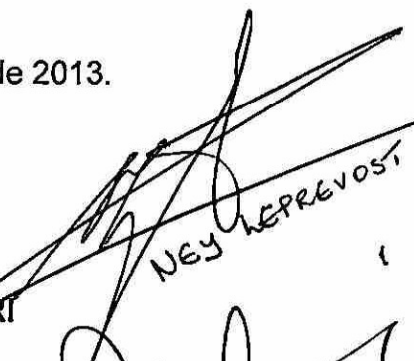
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa tornar obrigatória a afixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da Resolução nº 9, da ANAC, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado do Paraná.

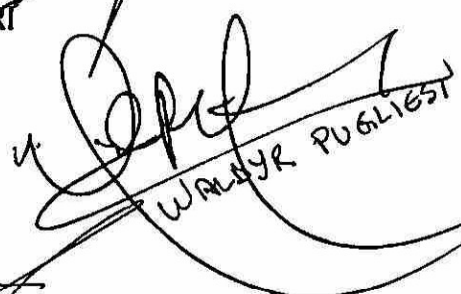
Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.


DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


PEDRO WAPLOW


NEY REPREVOST


WALMYR PUGLIESI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Pérciles de Holleben Mello, Deputada Rose Litro e Deputado Anibelli Neto



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 08/2013

Súmula: Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado do Paraná, informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da Resolução da ANAC nº 9, de 05 de junho de 2007, e dá outras providências.

Autor: Deputado Pedro Lupion

Justificativa: Informar ao consumidor acerca de direito contido em resolução da Agência Nacional de Aviação Civil.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Direitos Humanos.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis;

“Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.”

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello, Deputada Rose Litro e Deputado Anibelli Neto




Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar que o consumidor receba informação acerca de direito previsto em resolução da ANAC.

Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa que o consumidor saiba que tem direito á desconto em caso de acompanhamento obrigatório de passageiro com necessidade especial.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se PARECER FAVORÁVEL ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.


É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de 09 de 2013.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Péricles de Holleben Mello
Relator


DEP. ROSE LITRO


DEP. PEDRO LUPION


DEP. ADELINO RIBEIRO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 08/2013

Súmula: Torna obrigatória a fixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da resolução nº 9, de 05/07/2007. Da Anac, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 08/2013, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que torna obrigatória a fixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da resolução nº 9, de 05/07/2007. Da Anac, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental, o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania para sua análise, recebendo parecer favorável.

Sendo então encaminhado a Comissão de Indústria e Comércio, cabendo a este parlamentar a relatoria.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise objetiva tornar obrigatória à fixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da resolução nº 9, de 05/07/2007 da Anac, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado.

Do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é relevante por estar presente o interesse da população como consumidor de serviços.

Desta feita, essa matéria é de interesse social relevante.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 08/2013.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.



Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Carlos Quintana
Relator


Dep. Antônio


Dep. Jones



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Liderança do Governo



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 8/2013

Emenda de Plenário nº 01
DAP 05 NOV. 2013
Visto Cláudio

Altera a redação da ementa e do caput do art.
1º do Projeto de Lei 008/2013

Art. 1º - A ementa do Projeto de Lei 008/2013 passa a contar com a seguinte redação:

"Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagem aéreas localizados no Estado do Paraná, em locais visíveis aos funcionários e aos consumidores, informando que na hipótese da empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o seu acompanhante, desconto de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da tarifa cobrada do passageiro portador da deficiência."

Art. 2º - O caput do art. 1º do Projeto de Lei 008/2013 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam todos os estabelecimentos de comercialização de passagem aéreas localizados no Estado do Paraná, obrigados a afixar cartazes em locais visíveis aos funcionários e aos consumidores, informando que na hipótese da empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o seu acompanhante, desconto de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da tarifa cobrada do passageiro portador da deficiência."

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2013.

Assinaturas: André Bueno, Jonas Guimarães, Deputado Ademar Traiano (Líder do Governo), Acorsj, DULCIO GONARI, e outras.



JUSTIFICATIVA

A emenda apresentada visa retirar a remissão aos artigos 47 e 48 da Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, determinando apenas a obrigação de afixação de cartazes instruindo os passageiros que na hipótese da empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o seu acompanhante, desconto de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da tarifa cobrada do passageiro portador da deficiência.

A remissão de normas infralegais em lei não é adequada, tendo em vista que tais regras podem, a qualquer momento, ser revogadas ou modificadas, o que causaria prejuízos à aplicação das disposições da lei estadual.

A emenda apenas corrige tal equívoco, sem alterar os objetivos do projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 008/2013

Projeto de Lei nº 008/2013

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Torna obrigatória a afixação de cartazes informando sobre o teor dos arts. 47 e 48 da Resolução nº. 9, de 05/07/2007, da ANAC, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado do Paraná, informando sobre o inteiro teor dos arts. 47 e 48 da Resolução da ANAC nº. 9, de 05 de junho de 2007, e dá outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, durante a segunda discussão, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Modificativa** apresentada em Plenário.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

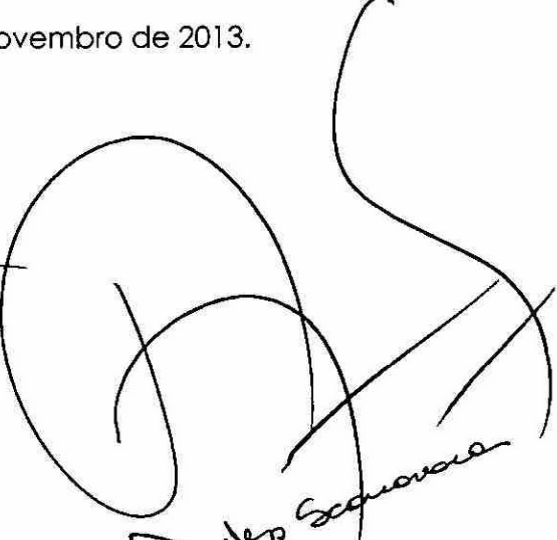
PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE CURI


RELATOR

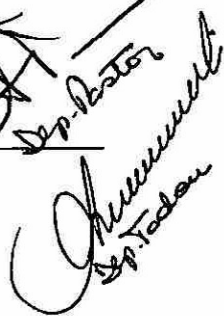
APROVADO

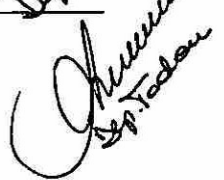
19.11.13 


Dep. Secundo


Dep. Carlos


Dep. Burion


Dep. Pastor


Dep. Tadeu

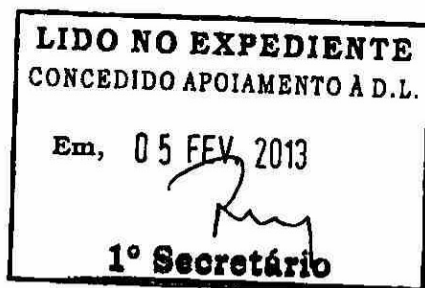


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 0912013



Ementa: Dispõe sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Paraná.

Art. 1º - Garante o direito à presença de acompanhante à gestante durante o processo do parto em hospitais da rede pública ou conveniados ao Sistema único de Saúde – SUS.

§ 1º - Compreende o processo do parto: a admissão da gestante nas dependências do hospital, pré-parto, parto e pós-parto.

§ 2º - Caberá a gestante a escolha de um acompanhante, o qual deverá ser orientado pelos profissionais que compõem a equipe de atendimento.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei, acarretará penalidade na forma de multa no valor de 1.000 UFP/PR, ao estabelecimento hospitalar, por gestante que tiver seu direito cerceado.

Art. 3º - Com a publicação desta, revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de fevereiro de 2013.


NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

15:25 05/02/2013 000240 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva assegurar o direito da gestante de ter um acompanhante antes, durante e depois do parto nos hospitais da rede pública e conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS.

Em pesquisa realizada entre maio e outubro de 2012, foi constatado o descaso com a Lei Federal nº 11.108/2005 (Lei do Parto), apresentando cerca de 64% (54 mil mulheres entrevistadas) das gestantes não tiveram direito à acompanhante. Com o agravante de que 56,7% afirmaram que o acesso ao acompanhante foi proibido pelo hospital.

De acordo com o Ministério da Saúde, há várias evidências científicas comprovantes que a presença de acompanhante traz grandes benefícios para a gestante e conseqüentemente para o bebê, tornando a experiência do parto mais humanizada. Fortalecendo o vínculo afetivo, reduzindo o tempo de internação e do risco de infecções tanto da parturiente quanto do recém-nascido, diminuindo os gastos da rede pública e possibilitando o maior número de leitos disponíveis.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 09/2013

Projeto de Lei nº 09/2013

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Dispõe sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde - SUS.

EMENTA: PRESENÇA DE ACOMPANHANTE À GESTANTE NO PROCESSO DO PARTO EM HOSPITAIS PÚBLICOS OU CONVENIADOS AO SUS. POSSIBILIDADE. MATERIA DE PRODUÇÃO E CONSUMO. SAÚDE. ART. 24 INCS V E XII, CF. CONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR 95/98. REGULARIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, visa proporcionar a presença de acompanhante à gestante no processo do parto, em hospitais da rede pública ou conveniados ao Sistema único de Saúde – SUS, culminando multa a fim de assegurar sua aplicação.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O presente Projeto de Lei encontra possibilidade de proposição na Constituição Federal de 1988, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Verifica-se que o projeto não visa atribuição de competência à Secretaria de Saúde, visa aprimorar disposições presentes na Lei nº 8080/1990, regulamenta o Sistema Único de Saúde, e segundo o Legislador são comprovadamente ignoradas.

Tal proposição também alberga o Direito do Consumidor, eis que segundo a Doutrina atual, o Sistema Único de Saúde importa sim em relação de consumo, eis que a remuneração pelo serviço se dá de forma indireta, através dos impostos pagos pelo contribuinte, conforme se observa no trecho do artigo de Rodrigo Brum Silva:

“(...) poucos se dão conta que a relação jurídica entre os pacientes e o SUS, através de seus entes, também se enquadra na categoria de relação de consumo, independentemente de sua gratuidade. Aliás, embora os serviços e produtos oferecidos não sejam remunerados diretamente pelos pacientes, o são pelo Estado, geralmente com recursos advindos do pagamento de tributos.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Assim, é possível dizer que o Código de Defesa do Consumidor é plenamente aplicável a essa relação especial, o que trás consigo, como consequência, a necessidade de observância, pelo SUS e seus agentes, de princípios e direitos básicos, em proteção e defesa do consumidor."

Além disso, o art. 13, incisos V e XII da Constituição Estadual, em perfeita consonância com a Carta Magna Brasileira, menciona as hipóteses de competência concorrente entre o Estado e a União:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Sessões em 09/04/13

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

09.06.13



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 09/2013.

Súmula: Dispõe sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Únicos de Saúde- SUS, no Estado do Paraná.

Autor: Deputado Ney Leprevost

Relator: Deputado Adelino Ribeiro Silva

I - RELATÓRIO

Com base no art. 33-I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi protocolado na Comissão de Saúde Pública o Projeto de Lei nº 09, de 2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Únicos de Saúde- SUS, no Estado do Paraná.

Nos termos do art. 42, II, do aludido Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Presidência da Comissão de Saúde Pública nos incumbiu de relatar o referido Projeto de Lei, na qual passo a expor o meu voto.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A intenção da proposição em apreço é meritória, na medida em que tem claro interesse público, uma vez que o Estado do Paraná estará dando oportunidade para que a gestante, na hora do parto, tenha ao seu lado, acompanhante durante e depois do parto.

A tranquilidade, segurança e o conforto de estar acompanhada oferecida à parturiente geram resultados positivos ao parto e consolidam os laços afetivos, especialmente quando o nascimento é acompanhado pelo pai.

Importante destacar o que o autor do projeto em apreço apresenta em sua justificativa, que é o descaso da Lei Federal nº 11.108/2005, conhecida como Lei do Parto, estar sendo desrespeitada pelos hospitais. Onde mais de 64% das mulheres entrevistadas não tiveram acesso ao acompanhamento. O que nos leva a instituímos uma legislação específica no Estado do Paraná, para que as gestantes sejam acompanhadas na hora e depois do parto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - VOTO DO RELATOR

Depois de passar pelo crivo das demais comissões competentes desta Casa, vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, em cumprimento ao disposto no art. 30, § 1º do Regimento Interno desta Casa de

Leis, para exame nos aspectos relativos à necessidade, oportunidade, relevância e efeitos positivos ou negativos [consequências] resultantes da aplicação do disposto na matéria.

Destarte, considerada a relevância da proposição, no que atende aos preceitos de saúde pública, entendo não existir nada que pode obstruir, por parte deste relator, sua deliberação no Plenário Legislativo, no qual manifesto, no mérito, **favoravelmente** a sua aprovação, pela sua conveniência e oportunidade.

II - CONCLUSÃO E PARECER COMISSÃO

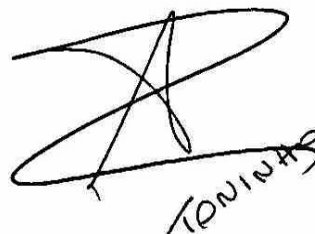
Verificado os pressupostos de conveniência e oportunidade, a Comissão de Saúde Pública, na qual tem a incumbência de manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública e profissões afins, visando sempre o interesse público, acompanha o voto do Nobre Relator e manifesta-se pelo **parecer favorável** ao Projeto de Lei nº 09, de 2013, em sua forma apresentada.

Sala da Comissão de Saúde,
Curitiba, 20 de Maio de 2013.


Dr. Batista
Presidente


Adelino Ribeiro Silva
Relator


PEDRO LUPION


TONINATTI



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 9/2013

AUTOR: DEPUTADO NEY LEPREVOST

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Dispõe sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Paraná.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Ney Leprevost, visa garantir a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Paraná.

Fundamentação:

A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como escopo o direito da gestante de ter ao seu lado a presença de acompanhante durante o processo de parto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A presença de um representante da família, em especial quando este é o pai, dá a gestante uma maior segurança e tranquilidade, tendo um sentimento de proteção que além de consolidar os laços afetivos geram resultados positivos em todo o procedimento do parto.

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger o interesse dos cidadãos paranaenses, em particular o estudante especial, para zelar pela sua inclusão social.


Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 9/2013.**

Sala das Comissões, 23 de maio de 2013.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator


QUINTEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	05 NOV 2013
Visto	<i>Cláudio</i>

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 9/2013

Nos termos do art. 137, § 1º, do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de suprimir o art. 3º do Projeto de Lei nº 9/2013, procedendo a devida renumeração dos artigos posteriores.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 4 de novembro de 2013.

Nelson Luersen
NELSON LUSEREN

Deputado NEY LEPREVOST
Deputado NEY LEPREVOST

Wilson Quinteiro
WILSON QUINTEIRO

24 Duílio Genaro
DUÍLIO GENARO
Gilberto Martin
GILBERTO MARTIN

JUSTIFICATIVA

A necessidade da presente emenda se dá a fim de adequar o Projeto às normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



PARECER À EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 09/2013

Projeto de Lei nº 09/2013

Emenda Supressiva apresentada em Plenário

Súmula: Dispõe sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA SUPRESSIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §1º, E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUPRESSIVA.

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo dispor sobre a presença de acompanhante à gestante no processo do parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Paraná.

Ocorre que, em data de 05 de novembro de 2013, em segunda discussão, o referido projeto de lei recebeu Emenda Supressiva durante a Sessão Plenária. Por esta razão, é que a referida Emenda é submetida agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Respeitado, portanto, o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



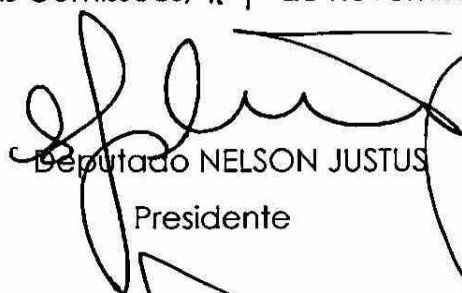
No mesmo contexto, o art. 137 do Regimento Interno classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva.

Desta forma, a emenda apresentada em Plenário está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

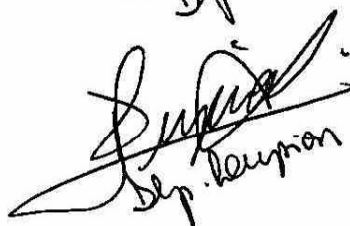
Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Supressiva, haja vista estar em consonância com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

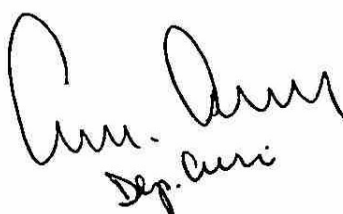

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator


Dep. Durini


Dep. Leupman

APROVADO


Dep. Auri


Dep. Pastor
Dep. Tadeu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 107/2013

LIIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 ABR. 2013

Ruy
1º Secretário

Inclui o Dia 24 de Março como
Dia Internacional do Direito à
Verdade no calendário estadual
de datas comemorativas

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Fica incluído, no calendário estadual de datas comemorativas, o "Dia Internacional do Direito à Verdade" sobre graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas, a ser celebrado, anualmente, em todo o estado, em 24 de março.

Art. 2º O dia 24 de março é dedicado à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado das situações em que tiverem ocorrido violações graves aos direitos humanos, seja para a reafirmação da dignidade humana das vítimas, seja para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2013.


Deputado Estadual Tadeu Veneri

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri
Praça Nossa Sra. de Saete, s/nº – 8º andar – gab 805
Tel: 3019-2637 tadeuveneri@terra.com.br



JUSTIFICATIVA

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, em 2010, o 24 de março como Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas. A iniciativa é relevante no processo de disseminação do pleno reconhecimento do direito das vítimas à dignidade e à verdade como um direito humano de valor equivalente ao dos direitos fundamentais de formulação mais antiga.

A Resolução da Assembleia Geral dedicada ao tema foi particularmente feliz ao fundar a decisão, em primeiro lugar, nos mais abrangentes documentos internacionais dedicados à construção de um mundo livre de opressão e de injustiça, como a própria Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos ou, mais recentemente, a Declaração e o Programa de Ação de Viena, assinados na II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de 1993. Essas referências a documentos consolidados realçam o fato inegável de que os direitos à verdade e à dignidade não surgem do nada, mas são desdobramentos históricos indispensáveis à plena realização do núcleo original dos direitos humanos comumente reconhecidos.

A Resolução indicou, ademais, uma série de decisões internacionais recentes que vêm dando suporte ao pleno reconhecimento do direito à verdade, como a Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra as desaparecimentos forçados, de 2006, que realça o direito de se conhecer a verdade sobre as circunstâncias do desaparecimento, a evolução e o



resultado das investigações e o destino da pessoa desaparecida. As várias referências contidas na Resolução a normas e decisões recentes relativas ao direito à verdade ilustram abundantemente o fato de que a primeira década do século XXI tem testemunhado a consolidação, no plano internacional, desse importante desdobramento dos direitos humanos.

A efetividade do Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas depende agora do esforço dos países membros das Nações Unidas para internalizar a reflexão proposta na Resolução da Assembleia Geral. O Brasil e em especial o Estado do Paraná pode e deve assumir uma postura incisiva quanto à matéria. Nosso Estado precisa colocar o Dia 24 de março em posição de destaque em seu calendário anual de trabalhos.

Merece destaque, por fim, que as Nações Unidas tenham escolhido, como referência para a luta pela verdade e pela dignidade das vítimas, o dia em que Monsenhor Óscar Arnulfo Romero, bispo e mártir de El Salvador, pagou com a própria vida "sua dedicação ao serviço da humanidade, no contexto de conflitos armados, como humanista consagrado à defesa dos direitos humanos, à proteção de vidas humanas e à promoção da dignidade do ser humano". Infelizmente, o sacrifício de muitos homens e mulheres paranaenses e de muitos brasileiros também poderia ser tomado como referência nacional para a mesma luta. No entanto, ao consagrarmos a data escolhida pelas Nações Unidas estaremos dando mais um sinal de que se trata de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



uma luta internacional e estaremos partilhando nossas angústias com as
de nossos irmãos latino-americanos.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2013.

Deputado Estadual Tadeu Veneri



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 107/13

Projeto de Lei nº. 107/2013

Autor: Deputado Tadeu Veneri

Súmula: Inclui o dia 24 de março como dia internacional do direito à verdade no calendário Estadual de datas comemorativas.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO "O DIA INTERNACIONAL DO DIREITO À VERDADE", SOBRE GRAVES VIOLAÇÕES ÀOS DIREITOS HUMANOS E DA DIGNIDADE DAS VÍTIMAS. A CELEBRAÇÃO SERÁ ANUALMENTE, NO DIA 24 DE MARÇO E FARÁ PARTE DO CALENDÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a dia internacional do direito à verdade, a ser realizada anualmente, sempre no dia 24 de março.



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto da forma da **Emenda modificativa** anexo, proposta por esta comissão.

Sala das Comissões,

06, Agosto, 2013

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

06.08.13



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO 107/2013

O segundo art. 2º do Projeto de Lei n. 107/2013, fica renumerado para art. 3º, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

06, Junho, 2013.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



APROVADO

13.08.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 107/2013

Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri

Relator: Deputado Estadual Caio Quintana

Súmula: Inclui dia 24 de março como Dia Internacional do Direito à Verdade no Calendário Estadual de datas comemorativas.

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Hermas Brandão Junior, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo também aprovação, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Sabendo que é papel das Comissões Permanentes pronunciarem-se, via parecer, acerca de proposições relacionadas à sua área de atuação, conforme prevê artigo 29 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e é reafirmado no artigo 30 parágrafo 2º, inciso I que prevê a manifestação desta Comissão **em todas as matérias correlatas a sua área temática**, assim passamos a expor:

Cabe a esta Comissão pronunciar-se acerca de projetos que indiquem novas comemorações de calendário cultural, calendários constituídos tradicionalmente pelas festas religiosas, civis, populares, sociais e também festas ligadas aos ciclos econômicos locais.

A data indicada pelo projeto em questão é comemorada no mundo todo desde 2010, quando a Organização das Nações Humanas a lançou no Calendário Internacional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Foi escolhida em homenagem ao arcebispo de San Salvador, Óscar Romero, assassinado na mesma data em 1980, por se recusar a ficar em silêncio perante a

violência, abusos e injustiças em seu país. Desde então, neste dia, em diversos países a data é comemorada com manifestações que buscam o Direito à Verdade sobre as graves violações dos direitos humanos, reafirmando a dignidade daqueles que foram atingidos pela violência de Estado.

A iniciativa é importante na medida em que consagra a data em nossa legislação interna e incorpora o dia em nosso calendário oficial do Estado.

Nesse contexto e diante do que expõe o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura, merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental por nos levar a reflexões ao nosso legado histórico e a violação dos direitos humanos.

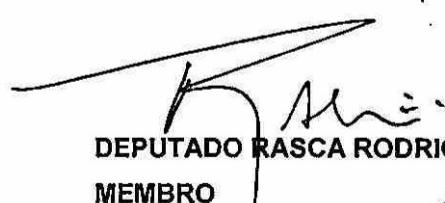
III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece, está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 28 de Agosto de 2013.

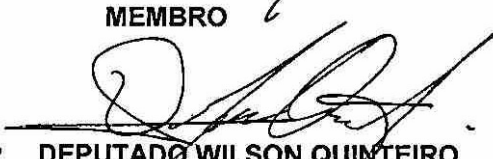

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE



DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO WILSON QUINZEIRO
MEMBRO


DEPUTADO PEDRO LUPION
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 107/2013

Nos termos do art. 137, § 2º, do Regimento Interno, apresenta-se o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 107/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Emenda de Plenário nº <u>01</u>
DAP <u>05 NOV 2013</u>
Visto <u>Claudia</u>

"Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia Internacional para o Direito à Verdade sobre Violações Graves de Direitos Humanos e para a Dignidade das Vítimas, a ser celebrado anualmente no dia 24 de março.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia Internacional para o Direito à Verdade sobre Violações Graves de Direitos Humanos e para a Dignidade das Vítimas", a ser celebrado anualmente no dia 24 de março.

Art. 2º O dia 24 de março será dedicado à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado das situações em que tiverem ocorrido violações graves aos direitos humanos, tanto para a reafirmação da dignidade humana das vítimas quanto para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de novembro de 2013.


Deputado TADEU VENERI

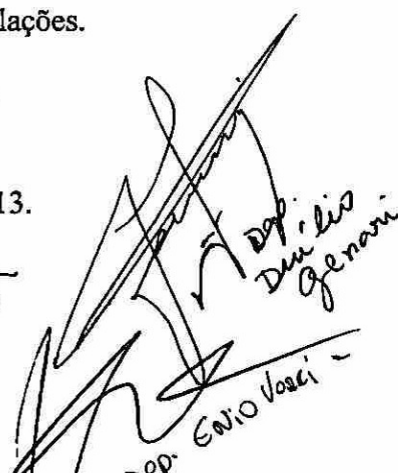
JUSTIFICATIVA

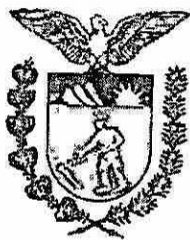
Sugere-se a presente emenda a fim de padronizar a denominação do dia ora inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná à instituída pela Organização das Nações Unidas - ONU.

14:59 05/11/2013 009602 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ


Dep. Tereza Tereza
Dep. Luciano


Dep. ETON WITTEN


Dep. Carlos Vaz
Dep. Claudio Genari



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 107/2012

Projeto de Lei: 107/2013

Autor da emenda: Deputado Tadeu Veneri

Súmula: Institui o Dia 24 de Março como Dia Internacional do Direito à Verdade no Calendário Estadual de Datas Comemorativas.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 141, I E 137, §2º DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO GERAL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem a finalidade de incluir o dia 24 de Março como Dia Internacional do Direito à Verdade, no Calendário Estadual de Datas Comemorativas do Estado do Paraná.

Em 05 de novembro do corrente ano, durante a segunda discussão na Sessão Plenária desta Casa, o presente Projeto de Lei recebeu Emenda na forma de *Substitutivo Geral*. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade desta Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que tal dispositivo legal foi respeitado.

O Regimento Interno em seu art. 137, §2º, prevê, ainda, a possibilidade de oferecimento de emendas à Projetos de Lei apresentados, classificando como modificativa aquela proposição que altera outra sem descaracterizar sua essência.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

§ 5ª. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.


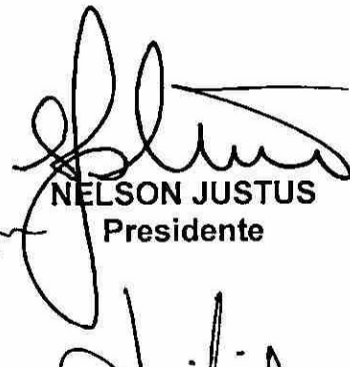

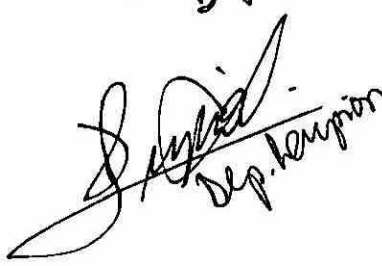
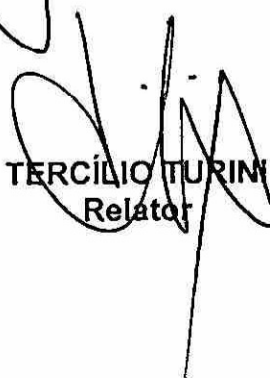




Dessa forma, verifica-se que a referida Emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/1998.

Conclusão

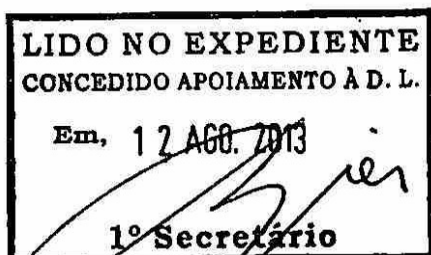
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em 19/11/13


Dep. Turini

NELSON JUSTUS
Presidente

Dep. Curi

Dep. Kempin

TERCÍLIO TURINI
Relator

Dep. Costa

Dep. Scaramella

Dep. Tadeu

Dep. Pastor



PROJETO DE LEI Nº 354...../2013.



Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, a ser comemorada na primeira semana útil e completa do mês de outubro de cada ano e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, a ser comemorada na Primeira Semana Útil e Completa do mês de outubro de cada ano.

Parágrafo Único – Entende-se por Semana Útil e Completa a semana que se inicie no domingo e se estenda até o sábado dentro do mesmo mês.

Art. 2º A Semana da Biblioteca e da Cultura deverá proporcionar a oportunidade de acesso e leitura por toda a população do Município, nas bibliotecas públicas municipais ou estaduais e escolas públicas municipais ou estaduais.

Parágrafo Único – Poderão ser aceitas as adesões por parte de Bibliotecas Particulares Estudantis ou não e de Bibliotecas ligadas a entidades federais.

Art. 3º Na semana de que trata o caput do artigo 1º todas as Bibliotecas Estaduais deverão programar não só a utilização do espaço fixo, como a movimentação do seu acervo para bairros, distritos e comunidades onde o maior número da população estudantil ou não, seja alcançada.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2013.

CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Dos 399 municípios do Estado do Paraná, muito poucos não possuem biblioteca pública graças ao projeto Biblioteca Cidadã que existe no Estado do Paraná desde o ano de 2004, quando foi criado. Trata-se de um projeto desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura em parceria com as Secretarias de Estado de Assuntos Estratégicos e de Infraestrutura e Logística em convenio com os Municípios. O projeto Biblioteca Cidadã tem como objetivo oferecer aos municípios paranaenses um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo acervo de livros e peça possibilidade de inclusão digital, por meio de telecentros. O Governo do Estado disponibiliza a construção da sede da biblioteca em terreno oferecido pela Prefeitura de cada cidade atendida. Os equipamentos também são adquiridos pelo Governo do Estado, assim como a qualificação profissional para os técnicos de Biblioteca Pública do Paraná. Essa ação conjunta estreita a relação tão importante entre o Estado e os Municípios.

A edificação, depois de pronta, reúne na Biblioteca Cidadã a cultura e a tecnologia, concentrada no mesmo espaço onde o acervo inicial é de dois mil volumes e um telecentro equipado com cinco computadores com acesso à internet, além de um salão comunitário, espaço cívico e de recreação.

Até aí o Projeto Biblioteca Cidadã é muito lindo e merece elogios.

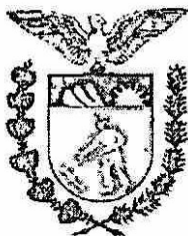
Isso já acontece em 300 municípios do Estado.

Porém, na prática a coisa não acontece bem assim.

Nos municípios de pequeno e médio porte, a Biblioteca é um edifício construído na sede do Município e se alguém não se deslocar até lá, não tem acesso ao acervo e à tecnologia ali existentes. O objetivo deste Projeto de Lei, é incentivar dentro desta Semana da Biblioteca e da Cultura, obrigatoriamente, pelo menos durante sete dias, a execução de um projeto especial, elaborado dentro da realidade de cada Município através de mobilidade planejada que permitirá o remanejamento desse acervo aos distritos, localidades, bairros e comunidades que não possuem essa biblioteca a termos acesso à leitura e ao conhecimento mesmo que seja por uma curta temporada.

Trata-se de uma oportunidade ao estudante e à população como um todo de ter mais perto de si o incentivo e o despertar e gosto pela cultura.

Por essa razão peço o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente Projeto.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Anibal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 351/2013

Projeto de Lei nº: 351/2013

Autor: Deputada Mara Lima.

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, a ser comemorada na primeira semana útil e completa do mês de outubro de cada ano e dá outras providências.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA DA BIBLIOTECA E DA CULTURA DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Mara Lima, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Semana Estadual da Biblioteca e da Cultura, que será realizada anualmente, na primeira semana do mês de outubro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno

da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso) Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de

mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Cabe salientar, ainda, que inexistem óbices legais ao disposto na Lei Complementar n.º 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões em 29/10/13

[Assinatura]
Dep. Fernando

[Assinatura]
Dep. Francisco

[Assinatura]
Pedro Lupion
~~NELSON JUSTUS~~
Presidente

[Assinatura]
TERCÍLIO TURINI
Relator

[Assinatura]
Dep. Sampaio
[Assinatura]
Dep. Pastor

APROVADO
29/10/13 *[Assinatura]*

[Assinatura]
Dep. Fadem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello
COMISSÃO DE CULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº351/2013

Autora: Deputada Cantora Mara Lima
Relator: Deputado Caito Quintana

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, a ser comemorada na primeira semana útil e completa do mês de outubro de cada ano e dá outras providências.

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir, no âmbito do Estado, a Semana da Biblioteca e da Cultura do Paraná, que tem como fim desenvolver e assegurar o acesso à cultura, mais especificamente à leitura, conforme especifica o projeto.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tercílio Turini, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil, encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988, devido à sua relevância como fator de singularizarãq da pessoa humana.

Questão que se evidencia da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

R



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo; caberá ao Estado garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

Neste contexto, a concretização e aplicabilidade do projeto de lei, em análise, buscará transformar o Paraná em um Estado de leitores, utilizando-se de políticas aglutinadoras e disseminadoras, tanto na gestão como na produção de atividades que envolvam a leitura.

Com isto, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental por simbolizar a oportunidade de uma base de conhecimento, mudando o modo de agir e pensar de um povo, pela formação de um indivíduo mais crítico.

III – CONCLUSÃO

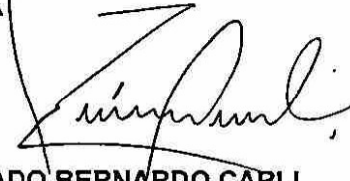
Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que estabelece, está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

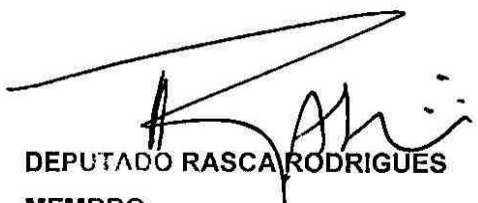
Curitiba, 11 de novembro de 2013.

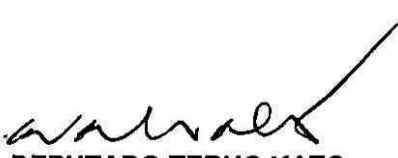

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO PEDRO LUPION
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO

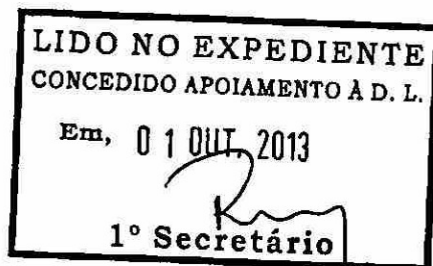

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO WILSON QUINTERO
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 470/2013

Revoga a Lei nº 5.290/1966.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 5.290, de 21 de março de 1966.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO⁸


Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 4.781, de 29 de novembro de 1963 já havia concedido o título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Reabilitação, com sede e foro em Curitiba. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

A questão foi levantada pela própria instituição após a publicação dos Editais de chamamento às entidades declaradas de Utilidade Pública promovidos pela Comissão Especial instituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013, por proposição do Deputado Caíto Quintana, para averiguar e relacionar essas instituições.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

volta

**Exibir Ato**

Página para impressão

Lei 5290 - 21 de Março de 1966

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 19 de 22 de Março de 1966**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede nesta Capital. **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 21 de março de 1966.

*Paulo Pimentel**Carlos Alberto Moro*-----
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

 © 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
**ESTADO DE
GOVERNO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 470/2013

Projeto de Lei nº. 470/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Tercílio Turini, André Bueno, Anibelli Neto e Cantora Mara Lima.

Súmula: Revoga a Lei nº 5.290/1966.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 5.290/1966 QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Tercílio Turini, André Bueno, Anibelli Neto e Cantora Mara Lima, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 5.290/1966. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:

Lei 4.781/1963. Súmula: É declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Reabilitação, com sede na Capital do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

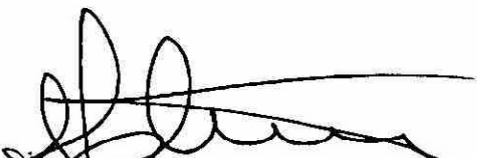



Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 5.290/1966.


CONCLUSÃO

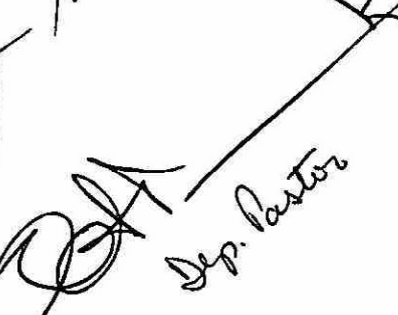
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

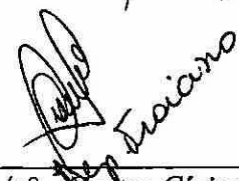
Sala das Comissões, em 19 de Novembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

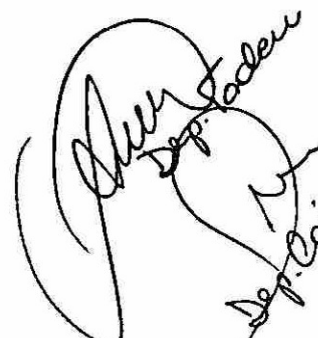

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

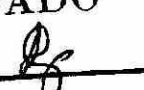

Dep. Dercilio


Dep. Pastor


Dep. Traiano


Dep. Coito


Dep. Tadeu

APROVADO
19.11.13 



PROJETO DE LEI Nº 507/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 14 OUT. 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 6.784/1976, nº √
6.793/1976, √ nº 6.870/1977, nº √
6.890/1977, √ nº 7.006/1978, √ nº √
10.356/1993, √ nº 12.137/1998, nº √
14.258/2003, √ nº 14.532/2004, nº √
15.030/2006, nº 15.388/2007 √ e nº
15.712/2007. √

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 6.784, de 18 de maio de 1976; nº 6.793, de 3 de junho de 1976; nº 6.870, de 26 de abril de 1977; nº 6.890, de 12 de julho de 1977; nº 7.006, de 23 de maio de 1978; nº 10.356, de 14 de julho de 1993; nº 12.137, de 6 de maio de 1998; nº 14.258, de 12 de dezembro de 2003; nº 14.532, de 22 de novembro de 2004; nº 15.030, de 13 de fevereiro de 2006, nº 15.388, de 15 de janeiro de 2007 e nº 15.712, de 30 de novembro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Deputado CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO

Deputado TERCILIO TURINI
MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO
MEMBRO

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputado TADEU VENERI
MEMBRO

Deputado ANDRÉ BUENO
MEMBRO

JONAS GUIMARÃES
SUPLENTE



JUSTIFICATIVA

A concessão do Título Honorífico de Utilidade Pública permite que as instituições privadas, sem fins lucrativos, recebam recursos públicos na execução das respectivas atividades descritas em seus atos constitutivos.

Tal possibilidade, criada pelo Direito Francês, sempre foi encarada com seriedade, considerando a prestação desinteressada de serviços nos mesmos moldes em que seriam prestados pela Administração Pública. Esse é o verdadeiro espírito da colaboração da iniciativa privada com os entes públicos.

Assim, a Comissão Especial constituída para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública no Estado, constituída pelo Ato nº 19/2013, entende ser imprescindível o rigor na avaliação para a concessão dos títulos, diante da relevância social e econômica dos trabalhos desenvolvidos.

Portanto, trata-se o presente de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não possuem foro no Estado do Paraná, o que, efetivamente, impossibilitaria que tal concessão ocorresse.

Oportuno destacar a previsão contida no inciso I, do art. 1º da Lei nº 16888/2011, no que tange à necessidade de a instituição que almeja a declaração de Utilidade Pública ser constituída no Paraná ou, ao menos, exercer suas atividades neste Estado, através de representações. Vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

Denota-se, em algumas das Leis que ora se pretende revogar, que, não obstante as entidades contem com uma mantenedora com foro em outro Estado, não



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



possuem representação no Paraná, tornando, por isso, inviável a obtenção do título, uma vez que não preenchem os requisitos necessários para tanto.

Assim, a destinação de recursos públicos a entidades sem representação, com personalidade jurídica, no Estado, é inviável e decorre do nosso ordenamento jurídico.

Importante mencionar, por fim, notadamente porque é uma dúvida frequente, que o título de utilidade pública, em qualquer esfera (federal, estadual ou municipal) é o reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelas associações e fundações constituídas no País, Estado ou Município, que devem, para tanto, servir desinteressadamente à sociedade, requisito este que também não é aferido nas Leis em comento, uma vez que não lograram comprovar que prestam serviço de relevância para a coletividade, senão, e isto é vislumbrado até mesmo pela razão social da entidade, apenas criadas para atender a um grupo restrito de indivíduos, o que inviabiliza, igualmente a declaração de que determinada entidade é de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Lei 6784 - 18 de Maio de 1976

Publicado no Diário Oficial nº. 54 de 20 de Maio de 1976

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE CAXIENSE DE MÚTUO SOCORRO, com sede na cidade de Caxias do Sul.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de maio de 1976.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Lei 6793 - 03 de Junho de 1976

Publicado no Diário Oficial nº. 66 de 7 de Junho de 1976

Súmula: Declara de Utilidade Pública o MONTEPIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO BRASIL, sociedade civil de fins beneficentes, com sede em Porto Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o MONTEPIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO BRASIL, sociedade civil de fins beneficentes, com sede em Porto Alegre.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 3 de junho de 1976.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 6870 - 26 de Abril de 1977

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 40 de 28 de Abril de 1977

Súmula: Declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas - SBOFA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas - SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de abril de 1977.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Lei 6890 - 12 de Julho de 1977

Publicado no Diário Oficial nº. 94 de 14 de Julho de 1977

Súmula: Declara de Utilidade Pública o MONTEPIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública, através da sua representação no Estado do Paraná, o MONTEPIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de julho de 1977.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Lei 7006 - 23 de Maio de 1978

Publicado no Diário Oficial nº. 307 de 26 de Maio de 1978

Súmula: Declara de Utilidade Pública a representação, no Estado do Paraná, da SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a representação, no Estado do Paraná, da SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de maio de 1978.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Hélio Figueiredo Freire
Secretário de Estado da Saúde e do bem-estar Social

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 10356 - 14 de Julho de 1993

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 4054 de 14 de Julho de 1993

Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional Paraná, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional Paraná, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e com representação no Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de julho de 1993.

Mário Pereira

Governador do Estado, em exercício.

José Durval Matos do Amaral

Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CELEPAR

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

topo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



LEI Nº 12.137 DE 06/05/1998

Publicado no Diário Oficial Nº 5243 de 06/05/1998

Súmula: Declara de utilidade pública a Confederação Brasileira de Canoagem, com sede e foro no município de Estrela, Rio Grande do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Confederação Brasileira de Canoagem, com sede e foro no município de Estrela, Rio Grande do Sul.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 06 de maio de 1998.

JAIME LERNER

Governador do Estado

OSVALDO LUIZ MAGALHÃES DOS SANTOS

Secretário de Estado do Esporte e Turismo



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 14258 - 12 de Dezembro de 2003

Alterado Compilado Original ⓘ

Publicado no Diário Oficial nº. 6632 de 23 de Dezembro de 2003

Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo, e representação no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:
(Projeto de Lei nº618/2003, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa.)

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo, e representação no Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 12 de dezembro de 2003.

Hermas Brandão
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LEI Nº 14.532 22/11/2004

Publicado no Diário Oficial Nº 6915 de 16/02/2005

Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Batista de Beneficência Tabea, com sede e foro na Comarca de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e com representação no município de Toledo/Pr.

A assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a "Sociedade Batista de Beneficência Tabea", de Ijuí, Rio Grande do Sul, com extensão em **Toledo**, no **LAR IRMÃOS DENTZER**, cuja sede jurídica é na Comarca de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22 de novembro de 2004.

HERMAS BRANDÃO
Presidente

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 15030 - 13 de Fevereiro de 2006

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 7183 de 13 de Março de 2006

Súmula: Declara de utilidade pública a instituição "Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e representação na cidade de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

(Projeto de Lei nº 638/2005, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa)

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a instituição "SEICHO-NO-IE DO BRASIL", com sede e foro na cidade de São Paulo e representação na cidade de Curitiba.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de fevereiro de 2006.

Hermas Brandão
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 15388 - 15 de Janeiro de 2007

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 7400 de 30 de Janeiro de 2007

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Cultura Franciscana, com sede no Município de São Miguel do Iguaçu e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 526/06:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultura Franciscana, mantenedora do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, com sede no Município de São Miguel do Iguaçu e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de janeiro de 2007.

Hermas Brandão
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LEI Nº 15.712 30/11/2007

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Social Betesda - CSB, com sede e foro na Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará e representação nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 588/07:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Social Betesda - CSB, com sede e foro na Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará e representação nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de novembro de 2007.

NELSON JUSTUS
Presidente



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 507/2013

Projeto de Lei nº. 507/2013

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Jonas Guimarães, Tadeu Veneri,
André Bueno, Pedro Lupion, Tercílio Turini e Cantora Mara Lima.**

Súmula: Revoga as Leis nº 6.784/1976,
6.793/1976, 6.870/1977, 6.890/1977,
7.006/1978, 10.356/1993, 12.137/1998,
14.258/2003, 14.532/2004, 15.030/2006,
15.388/2007 E 15.712/2007.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
6.784/1976, 6.793/1976, 6.870/1977,
6.890/1977, 7.006/1978, 10.356/1993,
12.137/1998, 14.258/2003, 14.532/2004,
15.030/2006, 15.388/2007 E 15.712/2007,
QUE OUTORGAM TÍTULOS DE UTILIDADE
PÚBLICA – AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA
CONCESSÃO DO TÍTULO - PARECER
FAVORÁVEL.**

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Jonas Guimarães, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Tercílio Turini e Cantora Mara Lima, tem por objetivo revogar as seguintes leis estaduais:

Lei 6784/1976. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo



Lei 6793/1976. Súmula: Declara de Utilidade Pública o MONTEPIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO BRASIL, sociedade civil de fins beneficentes, com sede em Porto Alegre.

Lei 6870/1977. Súmula: Declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas - SBOFA.

Lei 6890/1977. Súmula: Declara de Utilidade Pública o MONTEPIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL.

Lei 7006/1978. Súmula: Declara de Utilidade Pública a representação, no Estado do Paraná, da SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei 10356/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional Paraná, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Lei 12137/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Confederação Brasileira de Canoagem, com sede e foro no município de Estrela, Rio Grande do Sul.

Lei 14258/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo, e representação no Estado do Paraná.

Lei 14532/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Batista de Beneficência Tabea, com sede e foro na Comarca de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e com representação no município de Toledo/Pr.

Lei 15030/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a instituição "Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e representação na cidade de Curitiba.

Lei 15388/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Cultura Franciscana, com sede no Município de São Miguel do Iguaçu e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Lei 15712/2007. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Social Betesda - CSB, com sede e foro na Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará e representação nesta capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada. Entretanto, considerando que a proposição dispõe sobre declaração de utilidade pública de entidades civis, a CCJ deve ainda manifestar-se quanto ao seu mérito, conforme determina o art. 33-A, IV, alínea "g", do RIALEP, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Cumprindo com as disposições regimentais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o art. 65 da Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No mesmo sentido dispõe o art. 124 do
nosso Regimento Interno:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em prosseguimento a análise da matéria, é importante a análise do disposto na Lei Estadual 16.888, de 1º de agosto de 2011, a qual dispõe sobre os requisitos a serem seguidos para a declaração de utilidade pública. Conforme art. 1º, I da referida norma, a declaração de utilidade pública só pode ser concedida para entidades constituídas no Paraná ou que aqui exerçam suas atividades através de representações com sede no estado.

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

Denota-se que algumas leis que estão sendo revogadas pelo projeto não cumprem tal requisito, pois as entidades sequer possuem representação no nosso estado, o que inviabiliza a destinação de recursos públicos a essas instituições.

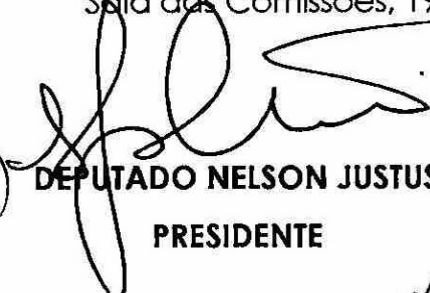
Segundo a justificativa, as associações e fundações também não comprovaram que prestam serviço de relevância para a coletividade.

Diante disso, a revogação das normas não só é possível, como também é necessária para a moralização da destinação de recursos públicos para entidades de utilidade pública.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei nº 507/2013.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO

18.11.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 14 OUT, 2013
[Signature]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 508 /2013

Revoga as Leis nº 827, de 30 de novembro de 1951, nº 5.271, de 27 de janeiro de 1966, nº 5.913, de 22 de janeiro de 1969, nº 6.804, de 24 de junho de 1976, nº 8.315, de 29 de maio de 1986 e nº 8.830, de 15 de julho de 1988.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 827, de 30 de novembro de 1951, nº 5.271, de 27 de janeiro de 1966, nº 5.913, de 22 de janeiro de 1969, nº 6.804, de 24 de junho de 1976, nº 8.315, de 29 de maio de 1986 e nº 8.830, de 15 de julho de 1988, que concederam a cooperativas o Títulos de Utilidade Pública.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Deputado **CANTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Dep. ANIBELLI NETO
DEP. JOUAS GUIMARÃES
SUPLENTE

Trata-se de revogação das seguintes Leis que outorgaram o Título de Utilidade Pública a cooperativas:

- nº 827, de 30 de novembro de 1951;
- nº 5.271, de 27 de janeiro de 1966;
- nº 5.913, de 22 de janeiro de 1969;
- nº 6.804, de 24 de junho de 1976;
- nº 8.315, de 29 de maio de 1986 e
- nº 8.830, de 15 de julho de 1988.

Nos termos da legislação vigente à época é segundo os preceitos legais em vigor na atualidade, só podem ser declaradas de utilidade pública entidades sem fins lucrativos.

O cooperativismo, embora denominado sem fins lucrativos, é a doutrina que preconiza a associação e a colaboração de indivíduos ou grupos com os mesmos interesses, com o objetivo de conseguir vantagens comuns em suas práticas econômicas, obtendo melhores resultados para cada um deles em particular. Nas cooperativas, o termo "sobras líquidas" designa o próprio lucro líquido, ou lucro apurado em balanço. Tais quantias, de acordo com o que prevê o estatuto, são distribuídas sob a rubrica de retorno ou como bonificação aos associados.

Outrossim, a Lei nº 16.888, de 1º de agosto de 2011, em seu art. 4º, traz requisitos a serem seguidos pelas entidades beneficiadas, os quais não vêm sendo cumpridos.

Portanto, a concessão efetuada é ilegal e não pode proceder, pelo que entende a Comissão Especial para averiguar e relacionar essas instituições, constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013, por proposição do Deputado Caíto Quintana, pela necessidade de cassação dos Títulos de Utilidade Pública através da revogação das referidas Leis.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Lei 827 - 30 de Novembro de 1951

Publicado no Diário Oficial nº. 222 de 3 de Dezembro de 1951

Súmula: Considera de utilidade pública a "Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Limitada", como sede na cidade de Curitiba e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É considerada de utilidade pública a "Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Limitada", como sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º. O Governo do Estado prestará à Cooperativa Mista toda a assistência necessária para que a mesma cumpra as finalidades previstas em seus estatutos e outras que lhe forem correlatas.

Parágrafo único. Essa assistência se exercerá de modo a possibilitar que a ação da Cooperativa seja extensiva, indistintamente, a todos os servidores públicos do Estado.

Art. 3º. O Estado contribuirá com um auxílio de Cr\$. 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) para a ampliação dos serviços da Cooperativa, o qual será efetivado até 31 de dezembro de 1.952.

Parágrafo único. O auxílio de que trata este artigo será efetivado da seguinte forma:

I - 70% em material e edifícios para instalação de hospitais, armazens e de outros serviços de interesse aos fins da Cooperativa, devendo tais edifícios ser incorporados ao patrimônio da Cooperativa;

II - 30% em dinheiro.

Art. 4º. O Estado poderá dar garantia, mediante prévia autorização legislativa, a empréstimos que venham a ser contraídos pela Cooperativa para melhor aparelhamento dos seus serviços, desde que tenham por fim a ampliação dos mesmos.

Art. 5º. O Estado fará o desconto em folha dos débitos de seus funcionários para com a Cooperativa.

Art. 6º. No mês de dezembro de cada ano, não será feito nenhum desconto na folha de pagamento dos funcionários do Estado.

Parágrafo único. O débito do funcionário correspondente ao mês de dezembro será descontado em duodécimos, a partir de janeiro do ano seguinte.

Art. 7º. Os favores previstos nesta lei ficarão subordinados aos resultados da fiscalização a que a Cooperativa está sujeita por força da lei.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$. 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 30 de novembro de 1.951.

Bento Munhoz da Rocha Neto

Francisco Peixoto de Lacerda Werneck

Felizardo Gomes da Costa

Lei 5271 - 27 de Janeiro de 1966

Publicado no Diário Oficial nº. 267 de 29 de Janeiro de 1966

Súmula: É declarada de utilidade pública a Cooperativa Agrícola Mista Consolata, com sede na cidade de Cafelândia do Oeste, e a Superintendência do Milênio Cristão da Polônia - SUPOL- .

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É declarada de utilidade pública a Cooperativa Agrícola Mista Consolata, com sede na cidade de Cafelândia do Oeste.

Art. 2º. É declarada de utilidade pública a Superintendência do Milênio Cristão da Polônia - SUPOL - .

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 27 de janeiro de 1966.

Algacyr Guimarães

Felipe Aristides Simão

Lei 5913 - 22 de Janeiro de 1969

Publicado no Diário Oficial nº. 270 de 24 de Janeiro de 1969

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ LTDA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ LTDA.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 22 de janeiro de 1969.

Paulo Pimentel

Ítalo Conti

Lei 6804 - 24 de Junho de 1976

Publicado no Diário Oficial nº. 80 de 28 de Junho de 1976

Súmula: Declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DO D.E.R Ltda - CODER, com sede nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DO D.E.R Ltda - CODER, com sede nesta Capital.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de junho de 1976.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Lei 8315 - 29 de Maio de 1986

Publicado no Diário Oficial nº. 2287 de 2 de Junho de 1986

Súmula: Declara de Utilidade Pública a COOTRABRIAND, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a COOTRABRIAND, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 29 de maio de 1986.

João Elisio Ferraz de Campos
Governador do Estado

Antenor Bonfim
Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários

Lei 8830 - 15 de Julho de 1988

Publicado no Diário Oficial nº. 2815 de 18 de Julho de 1988

Súmula: Declara de utilidade pública a COOPERATIVA BRASIL DE TRANSPORTES LTDA. - COBRAT, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a COOPERATIVA BRASIL DE TRANSPORTES LTDA. - COBRAT, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de julho de 1988.

Álvaro Dias

Governador do Estado

Heinz Georg Herwig

Secretário de Estado dos Transportes



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 508/2013

Projeto de Lei nº. 508/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 827/1.951, 5.271/1.966, 5.913/1.969, 6.804/1.974, 8.315/1.986 e 8.830/1.988.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 827/1.951, 5.271/1.966, 5.913/1.969, 6.804/1.974, 8.315/1.986 e 8.830/1.988 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO TÍTULO - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as seguintes Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 827/ 1951. Súmula: Considera de utilidade pública a "Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Limitada", como sede na cidade de Curitiba e dá outras providências.

Lei 5271/1966. Súmula: É declarada de utilidade pública a Cooperativa Agrícola Mista Consolata, com sede na cidade de Cafelândia do Oeste, e a Superintendência do Milênio Cristão da Polônia - SUPOL.

Lei 5913/1969. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ LTDA.

Lei 6804/1976. Súmula: Declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DO D.E.R Ltda - CODER, com sede nesta Capital.

Lei 8315/1986. Súmula: Declara de Utilidade Pública a COOTRABRIAND, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Lei 8830/1988. Súmula: Declara de utilidade pública a COOPERATIVA BRASIL DE TRANSPORTES LTDA. - COBRAT, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que não possuem foro no Estado do Paraná, impossibilitando que a concessão ocorresse.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Assim, em prosseguimento a análise da matéria, conforme o Artigo 1º, inciso I, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública devem ser constituídas no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no estado.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.



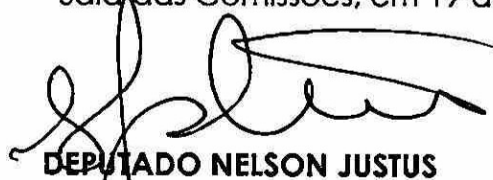
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

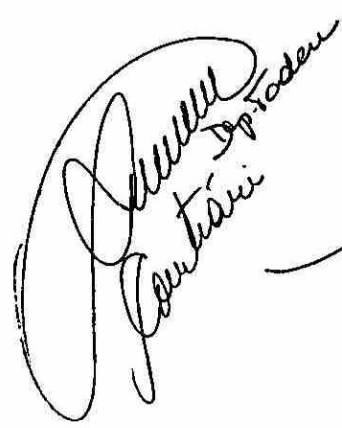


DEPUTADO ALEXANDRE CURI


RELATOR



Dep. Scarpone



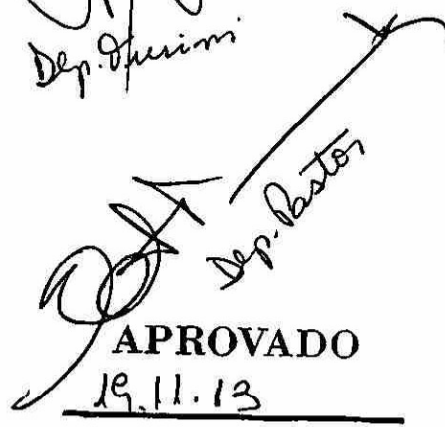
Dep. Frazadeu



Dep. Couto



Dep. Gusmini



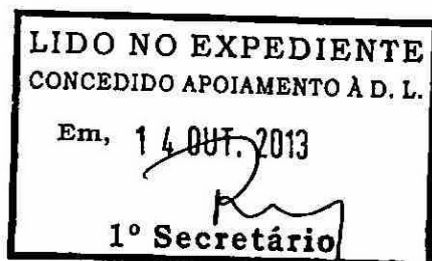
Dep. Pastor

APROVADO

19.11.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 511/2013

Revoga a Lei nº 5.449/1966.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 5.449, de 24 de dezembro de 1966.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO


Deputado **ADEU VENERI**
MEMBRO



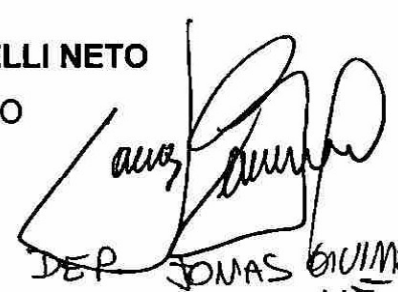
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO


DEP **JONAS GUIMARÃES**
SUPLENTE

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade à Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Antonina, com sede e foro em Antonina. Contudo, houve equívoco no processo legislativo que originou a presente Lei, tendo em vista que o nome da Associação constou equivocadamente.

Assim, a correção do erro foi efetuada através da edição da Lei nº 8.979, de 15 de maio de 1989, consignando-se como declaração de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Portanto, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Lei 5449 - 24 de Dezembro de 1966

Publicado no Diário Oficial nº. 244 de 27 de Dezembro de 1966

Súmula: Declara de utilidade pública a "APAE" - Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Antonina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É declarada de utilidade pública a "APAE" - Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Antonina, com sede na cidade de Antonina.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 24 de dezembro de 1966.

Paulo Pimentel

Ítalo Conti



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 511/2013

Projeto de Lei nº. 511/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Revoga a Lei nº 5.449/1966.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 5.449/1966 QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, tem por objetivo revogar a Lei nº 5449/1966, que dispõe a seguinte súmula:

“Súmula: Declara de utilidade pública a “APAE” - Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Antonina.”

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei nº 8.979/1989:

“Súmula: Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com sede a Rua Dr. Heitor Soares Gomes nº 30, Município de Antonina.”

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

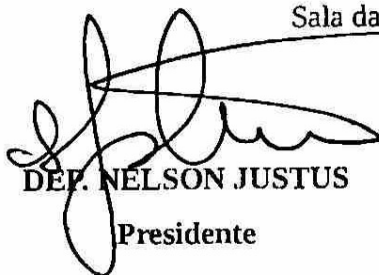
Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 5.449/1966.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das sessões/9 de novembro de 2013.

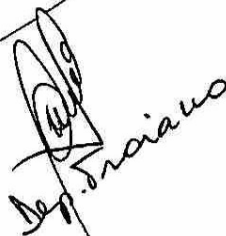

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

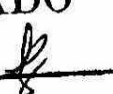

DEP. PR. EDSON PRACZYK
Relator


Dep. Tulliani


Dep. Scaroni


Dep. Tadeu


Dep. Troiano

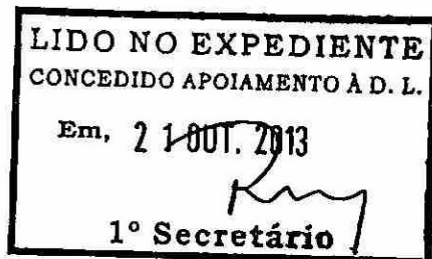
APROVADO
19.11.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 536/2013



Revoga as Leis nº 5.745/1968, nº 6.144/1970, nº 8.314/1986 e nº 8.911/1988.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 5.745, de 5 de março de 1968; nº 6.144, de 24 de agosto de 1970; nº 8.314, de 23 de maio de 1986 e nº 8.911, de 9 de dezembro de 1988.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
DEP. ROSE LITRO - SUPLENTE
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



JUSTIFICATIVA

A concessão do Título Honorífico de Utilidade Pública permite que as instituições privadas, sem fins lucrativos, recebam recursos públicos na execução das respectivas atividades descritas em seus atos constitutivos.

Tal possibilidade, criada pelo Direito Francês, sempre foi encarada com seriedade, considerando a prestação desinteressada de serviços nos mesmos moldes em que seriam prestados pela Administração Pública. Esse é o verdadeiro espírito da colaboração da iniciativa privada com os entes públicos.

Assim, a Comissão Especial constituída para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública no Estado, constituída pelo Ato nº 19/2013, entende ser imprescindível o rigor na avaliação para a concessão dos títulos, diante da relevância social e econômica dos trabalhos desenvolvidos.

Portanto, trata-se o presente de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que, atualmente, não desempenham mais suas atividades, eis que extintas.

Oportuno destacar a previsão contida no art. 3º da Lei nº 16888/2011, quanto à necessidade de apresentação de relatórios das atividades realizadas pela instituição. Vejamos:

Art. 3º As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Assim, consoante dicção do artigo acima, e não obstante tenham sido declaradas de Utilidade Pública sob a égide de outra Lei que assim permitia, não pode permanecer em vigor, uma vez que, atualmente, não preenchem os requisitos elencados na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Lei disciplinadora, a qual buscou aperfeiçoar os requisitos para que sejam atendidos, efetivamente, aos anseios da sociedade.

Isto decorre, notadamente, da necessidade de que seja observado o fim maior da concessão desse título honorífico, qual seja, o interesse da coletividade.

Portanto, observando-se que as entidades em questão não mais existem e, assim, não preenchem os requisitos necessários, imperiosa se mostra a necessidade de revogação das Leis que ora se discutem.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Lei 5745 - 05 de Março de 1968

Publicado no Diário Oficial nº. 5 de 6 de Março de 1968

Súmula: Considera como de utilidade pública a Fundação Bamerindus, desta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É considerada como de utilidade pública a Fundação Bamerindus, desta Capital.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 5 de março de 1968.

Paulo Pimentel

Ítalo Conti

CNPJ 75058. 990

Lei 6144 - 24 de Agosto de 1970

Publicado no Diário Oficial nº. 121 de 25 de Agosto de 1970

Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação TELEPAR, com sede na cidade de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO TELEPAR, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO EM CURITIBA, em 24 de agosto de 1970.

Paulo Pimentel

José Vaz de Carvalho

Lei 8314 - 23 de Maio de 1986

Publicado no Diário Oficial nº. 2283 de 27 de Maio de 1986

Súmula: Declara de Utilidade Pública a BANESTADO CLUBE S/C, com sede e foro no Município de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a BANESTADO CLUBE S/C, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de maio de 1986.

João Elisio Ferraz de Campos
Governador do Estado

Geroldo Augusto Hauer
Secretário de Estado das Finanças

Lei 8911 - 09 de Dezembro de 1988

Publicado no Diário Oficial nº. 2913 de 12 de Dezembro de 1988

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o GRÊMIO ESPORTIVO E RECREATIVO DO TRIBUNAL DE ALÇADA, com sede e foro em Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o GRÊMIO ESPORTIVO E RECREATIVO DO TRIBUNAL DE ALÇADA, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de dezembro de 1988.

Álvaro Dias
Governador do Estado

Rubens Bueno
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 536/2013

Projeto de Lei nº. 536/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Rose Litro e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 5.745/1968, 6.144/1970, 8.314/1986 e 8.911/1.988.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 5.745/1968, 6.144/1970, 8.314/1986 e 8.911/1.988 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Rose Litro e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as seguintes Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



LEI N. 5.7455/1968. Súmula: Considera como de utilidade pública a Fundação Bamerindus, desta Capital;

LEI N. 6.144/1970. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação TELEPAR, com sede na cidade de Curitiba.

LEI N. 8.314/1986. Súmula: Declara de Utilidade Pública a BANESTADO CLUBE S/C, com sede e foro no Município de Curitiba.

LEI N. 8.911/1988. Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o GRÊMIO ESPORTIVO E RECREATIVO DO TRIBUNAL DE ALÇADA, com sede e foro em Curitiba.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

APROVADO

R.11.13

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

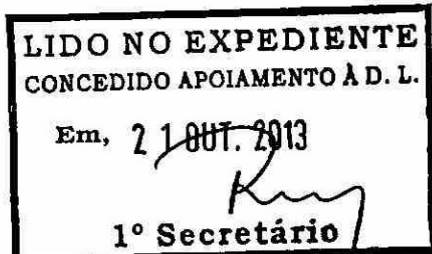
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 537 /2013



Altera a redação da Lei nº 6.959/1977 - declaração de Utilidade Pública.

Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 6.959, de 2 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social Maria Tílio, com sede e foro no Município de Maringá."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

DEP. ROSE LITRO - SUPLENTE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

A presente Lei trata de alterar a razão social da instituição declarada de Utilidade Pública.

O Estatuto da instituição traz o nome "Centro Social Maria Tílio" e também o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal.

O nome fantasia da entidade é "Roupeiro de Santa Rita de Cássia" e foi, em 1973, a primeira razão social da instituição.

Em razão do exposto, necessária a apresentação desta Lei para corrigir a razão social do Centro Social Maria Tílio que, anteriormente, tinha a razão social Roupeiro de Santa Rita de Cássia.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

Lei 6959 - 18 de Novembro de 1977



Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO ROUPEIRO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede na cidade de Maringá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO ROUPEIRO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de novembro de 1977.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Arnaldo Faivro Busato
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 537/2013

Projeto de Lei nº. 537/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Rose Litro e Tercílio Turini.

*Altera a redação da Lei nº 6.959/1977 –
declaração de utilidade pública.*

**MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE
DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº
6.959/1977 – ALTERAÇÃO DA
DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DO
ROUPEIRO DE SANTA RITA DE CÁSSIA” PARA
“CENTRO SOCIAL MARIA TÍLIO”. REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Rose Litro e Tercílio Turini, tem por objetivo corrigir a redação da Lei nº 6.959/1977, alterando a denominação da entidade declarada de utilidade pública.

A proposição pretende modificar a denominação da “Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia” para “Centro Social Maria Tílio”.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada. Entretanto, considerando que a proposição dispõe sobre declaração de utilidade pública de entidades civis, a CCJ deve ainda manifestar-se quanto ao seu mérito, conforme determina o art. 33-A, IV, alínea "g", do RIALEP, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Cumprindo com as disposições regimentais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o art. 65 da Constituição Estadual:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



No mesmo sentido dispõe o art. 124 do
nosso Regimento Interno:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em prosseguimento a análise da matéria, é importante ressaltar que o projeto é de extrema importância, na medida em que corrige equívoco constante em nossa legislação, para fazer constar o nome correto da entidade declarada de utilidade pública.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela
APROVAÇÃO do Projeto de Lei 537/2013.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

19.11.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 04 NOV. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 570/2013

Altera a Lei nº 11.822/1997.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.822, de 12 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida à Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Nova Esperança.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 11.822, de 12 de setembro de 1997 concedeu o título de Utilidade Pública ao Asilo São Vicente de Paulo. Contudo, no CNPJ da entidade consta nome diverso, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Asilo São Vicente de Paulo, obra unida à Sociedade São Vicente de Paulo.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar



Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 11822 - 12 de Setembro de 1997

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 5087 de 12 de Setembro de 1997

Súmula: Declara de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no município de Nova Esperança.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM Curitiba, em 12 de setembro de 1997.

Alterar Denominação

Emília de Salles Belinati
Governadora do Estado, em exercício

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

topo



PL 46/97

Dirutória : 31/01/2013 a 30/01/2015



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570/2013

Projeto de Lei nº. 570/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.822/1997.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.822/1997 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASILO SÃO VICENTE DE PAULO" PARA "ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, OBRA UNIDA À SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11822/ 1997. Súmula: Declara de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no município de Nova Esperança.

O projeto pretende modificar a denominação "Asilo São Vicente de Paulo" para "Asilo São Vicente de Paulo, obra unida à Sociedade São Vicente de Paulo", conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

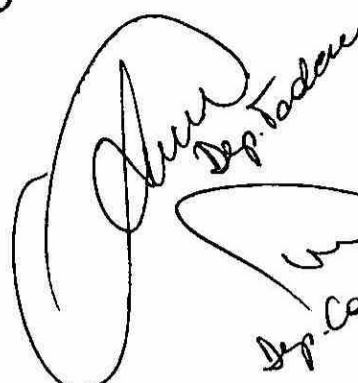
Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR


Dep. Tadeu


Dep. Ceito


Dep. Turizini


Dep. Pastor

APROVADO

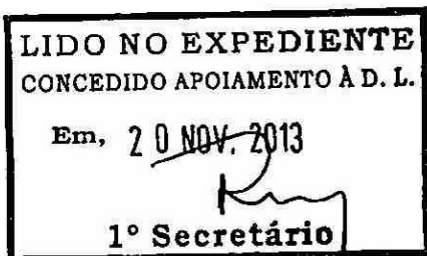
19.11.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



Projeto de Lei nº 654/13



Altera e revoga os dispositivos que especifica da Lei 16.522, de 31 de maio de 2010.

Art. 1º Dá nova redação ao parágrafo 6º, do artigo 15 da Lei 16.522, de 2 de junho de 2010, conforme redação que segue:

“§ 6º Fica vedada a acumulação de cargos públicos ou de cargo público como cargo privado, quando o servidor for sócio administrador, diretor ou quando detiver poderes de gestão em empresa privada ou, ainda, quando empregado contratado pelo regime geral da Consolidação das Leis do Trabalho, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Ficam revogados o parágrafo 3º, do artigo 15 e o artigo 16, com seu parágrafo único, da Lei 16.522, de 2 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2013

Plauto

PLAUTO GUIMARÃES

Rossoni
VALDIR ROSSONI



JUSTIFICATIVA

A presente proposta de lei tem por objetivo, tão somente, assegurar a melhor execução da Lei 16.522/2010, eliminando conflitos de interpretação quanto a sua aplicação, em sintonia com o Estatuto do Servidor Público, que é invocado no próprio texto da lei e que, de forma clara e objetiva, estabelece os trilhos que pautam os servidores públicos no exercício do cargo, seja ele efetivo, comissionado ou de outra natureza.

Ressalte-se que este ajuste na redação da referida lei não trará qualquer prejuízo ao objetivo precípua da mesma, que foi apresentada e aprovada por esta Assembleia Legislativa atendendo a forte clamor social em defesa da ética e da moralidade no exercício da atividade política no nosso estado. Fica, portanto, mantido o foco principal da lei, que é a transparência dos atos públicos. Este objetivo vem sendo alcançado muito satisfatoriamente ao longo dos anos, desde a sua entrada em vigor, e assim espera-se que seja mantido.

O Parágrafo único do artigo 16, da Lei 16.522/2010, traz redação conflitante com as regras estabelecidas no Estatuto dos Servidores do Estado do Paraná. Este conflito reside justamente em conferir opção ao servidor comissionado, para efeito de definir a sua jornada laboral em 20 ou 40 horas semanais, quando, na verdade, não compete a ele estabelecer a sua própria jornada ou carga horária, eis que as normas que regem os serviços públicos se sobrepõem ao interesse do particular, seja ele servidor efetivo ou transitório do poder público. Ou seja, quem tem competência para definir a carga horária em razão do interesse público, é o Poder Público contratante.

A revogação do Parágrafo 3º, do artigo 15 da Lei 16.522/2010, impõem-se ante ao nexo causal entre as atividades desenvolvidas pelos servidores com as orientações dos parlamentares, uma vez que os mesmos são indicados pelos seus respectivos responsáveis hierarquicamente, os deputados. Assim, atribuir ao servidor comissionado a obrigação direta de apresentar relatório de suas realizações, fere aspecto de avaliação subjetiva por parte dos parlamentares em face das atividades efetivamente desenvolvidas e que seriam comunicadas diretamente pelos subordinados. Ademais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



LEI Nº 16.522 DE 31/05/2010

Publicado no Diário Oficial nº. 8234 de 02 de Junho de 2010

Súmula: Regula os requisitos para escolha e nomeação dos servidores para cargos de provimento em comissão, dos quadros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A presente Lei tem o escopo de regular os requisitos para escolha e nomeação dos servidores para cargos de provimento em comissão, dos quadros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, bem como regular a forma pela qual se dará o provimento (nomeação, posse e exercício) dos referidos cargos e servidores.

Art. 2º. Para os efeitos dessa Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, seja qual for a forma de provimento

DO PROVIMENTO

Art. 4º. São requisitos básicos para investidura em cargo de provimento em comissão dos quadros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

I - indicação formal da autoridade competente do setor ou gabinete;

II - a nacionalidade brasileira;

III - o gozo dos direitos políticos;

IV - a quitação com as obrigações militares e eleitorais, ao término de cada legislatura;

V - o nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo;

VI - a idade mínima de dezoito anos;

VII - aptidão física para o cargo;

VIII - comprovação de regularidade fiscal;

IX - apresentação de certidões de antecedentes criminais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 5º. O provimento dos cargos em comissão far-se-á mediante ato editado e firmado em conjunto,

§ 6º. Deverão ainda, os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, quando da sua nomeação, apresentar declaração de que não possuem vínculo de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF, com superiores hierárquicos aos quais estejam diretamente vinculados, que detenham prerrogativa de contratação na Casa, Cargo de Direção ou Mandato Parlamentar.



I - Inclue-se na vedação do § 6º acima, a manutenção do servidor em outro cargo, no qual não exista subordinação hierárquica com o seu superior ou com quem mantém vínculo familiar não pode restar caracterizado, também, não podendo ficar evidente a reciprocidade de contratações, em formato conhecido como nepotismo cruzado.

§ 7º. O Departamento de Pessoal velará pela conferência dos dados pessoais dos contratados.

§ 8º. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Art. 11. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 12. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo de provimento em comissão ou da função de confiança.

§ 1º. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo de provimento em comissão entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º. O servidor será exonerado do cargo de provimento em comissão, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, salvo exceções previstas no § 2º do art. 11 desta Resolução.

§ 3º. À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. 13. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados na ficha funcional do servidor.

§ 1º. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários à sua ficha funcional.

§ 2º. A apresentação dos elementos mencionados no parágrafo anterior é dispensada aos servidores e funcionários contratados para os cargos de provimento em comissão, nos termos da Lei nº 16.390/2010, que já tenham efetivado o cadastramento funcional.

Art. 14. A movimentação funcional não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento a partir da data do protocolo do pedido de movimentação, se julgado procedente.

Art. 15. As atividades de representação do parlamento, junto à sociedade, são consideradas extensões dos respectivos gabinetes parlamentares a fim de proporcionar a otimização do trabalho parlamentar, em especial ao atendimento da população interessada.

§ 1º. Entende-se como extensão do gabinete parlamentar a projeção deste fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em escritório ou município onde ocorra a atuação dos assessores ou secretários parlamentares, a serviço do Poder Legislativo, uma vez que este Poder tem



abrangência estadual.

§ 2º. Dentre as atribuições dos servidores mencionados no parágrafo anterior têm-se:

- a) representar o parlamento em eventos realizados por instituições públicas ou privadas, sempre buscando aperfeiçoar os mecanismos de participação da sociedade no processo legislativo;
- b) levantamento de informações e dados junto às comunidades locais que possam auxiliar o parlamento na definição de estratégias de atuação e na edição de leis orientadas à satisfação do interesse público;
- c) realizar reuniões periódicas com as lideranças comunitárias de localidades indicadas, objetivando colher sugestões para a atuação parlamentar;

§ 3º. Os servidores incumbidos das atribuições descritas no parágrafo anterior, deverão apresentar relatórios mensais de atividades em formulário disponibilizado através do "Portal da Transparência".

☒ **4º.** Os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão, lotados na administração, na Presidência, na 1ª Secretaria e na 2ª Secretaria, não poderão exercer suas funções, nos termos dos § 1º e § 2º do presente artigo.

§ 5º. Não poderão ser nomeados como servidores em cargos comissionados na esfera do Poder Legislativo estadual os detentores de mandatos eletivos.

§ 6º. Fica vedada a acumulação de cargos, ainda que na esfera privada, quando da ocorrência de encargos de sócio administrador de empresa, diretor ou pessoa com poder de gestão, ou empregado contratado no regime geral da CLT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 16. Os servidores cumprirão a jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas.

☒ **Parágrafo único.** O servidor poderá optar pela jornada de 20 horas semanais, sem dedicação exclusiva, com a conseqüente redução remuneratória.

DA VACÂNCIA

Art. 17. A vacância do cargo de provimento em comissão decorrerá de:

- I** - exoneração;
- II** - aposentadoria;
- III** - posse em outro cargo inacumulável;
- IV** - falecimento.

Art. 18. exoneração de cargo de provimento em comissão dar-se-á:

- I** - a juízo da autoridade competente,
- II** - a pedido do próprio servidor,
- III** - ao final de cada legislatura.

